



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 30 - Nº 559 - DE 11 A 25 DE FEVEREIRO DE 2018 - R\$ 4,00



REALIZADO O XIV CONGRESSO DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO (POR)

**Sob a bandeira do
marxismo-leninismo-trotskismo!**

**Nossa tarefa: superar a crise
de direção revolucionária**

**Abaixo a Reforma
da Previdência!**

**Não pagamento
da dívida pública!**

**Organizar a greve geral! Ganhar as ruas!
Esse é o caminho da vitória dos explorados!**

Não duvidar – Temer está empenhado Somente a greve geral é a garantia dos explorados

Com o argumento de que o governo é fraco e não tem votos para impor a reforma da Previdência, a burocracia sindical e parte das esquerdas cruzaram os braços à espera de que nada aconteça. A resistência da alta cúpula da burocracia estatal (judiciário, legislativo, etc.) e de parte dos parlamentares governistas, vinculados eleitoralmente aos estados e municípios, atravancou o andamento do projeto. Nem por isso, Temer abandonou o objetivo da reforma antipopular.

Os capitalistas, tendo à frente o capital financeiro, redobram as pressões para que o governo “convença” sua base aliada a dar os 308 votos necessários. A campanha diária e cada vez mais ampla em torno da bandeira de que sem a reforma da previdência o País quebra e os prejudicados serão os mais pobres recrudescem neste momento. O mês de fevereiro como limite para a votação serviu à burguesia e ao imperialismo para apertarem o cerco ao Congresso Nacional. A bancada da bala (policiais) negociou uma alteração no projeto de reforma que poderá auxiliar o governo a se aproximar do quorum de votação exigido. Há, portanto, uma ofensiva por todos os lados para romper o foco de resistência entre os governistas.

Em nenhum momento, o capital financeiro e o governo cruzaram os braços à espera do fracasso momentâneo. O golpe de Estado que derrubou Dilma Rousseff foi conduzido com o claro e expresso propósito de impor aos explorados as brutais reformas trabalhistas e previdenciárias. A ditadura civil de Temer já fez muito aprovando a Lei do Teto, a Lei da Terceirização e a reforma trabalhista, bem como impulsionando o programa de privatizações e desnacionalizações. Mas esse muito pode parecer pouco, caso não consiga impor a reforma da previdência, que, para os banqueiros, é a cereja no bolo das reformas.

Com a Lei do Teto, libertou-se o Orçamento dos gastos sociais vinculados; com a Lei da Terceirização e a reforma trabalhista, demoliram-se os obstáculos da antiga CLT, para os capitalistas poderem explorar mais livremente a força de trabalho; e, com a reforma da Previdência, se esperam mais recursos para o Tesouro Nacional manter a gigantesca dívi-

da pública e a insuportável carga de juros. A união de todas as frações mais poderosas da burguesia nacional para derrubar o governo petista, cassando o voto dos 54,5 milhões que o elegeram, se deu com um acordo sobre as reformas antipopulares e as privatizações antinacionais. A reforma da Previdência, de fato, foi a condutora do movimento golpista. Por injunções da crise política, ficou por último. O capital financeiro fará tudo para que até o último momento desse governo se aprove o projeto.

A sua bandeira é absoluta: “a reforma da Previdência é inevitável, portanto, é melhor que se faça agora”. Esse imperativo é ditado pela dívida pública, da qual dependem o capital financeiro e toda horda de parasitas. Está aí por que as alterações no sistema previdenciário é um dos ataques mais bárbaros às condições de existência das massas. Sacrificarão gerações inteiras para alimentar o funcionamento do capitalismo em decomposição.

O POR tem se apoiado na bandeira: “Não abaixar a guarda”! “Não se submeter ao calendário do Congresso Nacional”! “Não seguir as manobras do governo, dos parlamentares e da burguesia”! “Não se distrair com as disputas eleitorais”! “Organizar os comitês de luta”! “Unir os explorados em torno

das reivindicações próprias”! “Partir para a greve geral”!

Agora, a maioria oprimida está diante da retomada da ofensiva burguesa. É urgente responder com a mobilização e a organização. Os operários mostraram disposição de luta na “Assembleia Popular”, convocada pelo Sindicato Metalúrgico do ABC. É preciso mostrar ao conjunto da classe operária que somente pela greve geral, pelos bloqueios e grandes manifestações de rua quebraremos a espinha dorsal da reforma da Previdência e avançaremos contra a implantação da Lei da Terceirização e a reforma trabalhista. Que a centrais e os sindicatos em todo o País convoquem as Assembleias Populares com o claro objetivo de organizar a greve geral e combater nas ruas a burguesia, a ditadura civil de Temer e as reformas antinacional e antipopular.

Não baixar a guarda! Nada de esperar o fracasso do governo! Erguer os punhos cerrados: “Abaixo a reforma da previdência”!

(...) somente pela greve geral, pelos bloqueios e grandes manifestações de rua quebraremos a espinha dorsal da reforma da Previdência e avançaremos contra a implantação da Lei da Terceirização e a reforma trabalhista. Que a centrais e os sindicatos em todo o País convoquem as Assembleias Populares com o claro objetivo de organizar a greve geral e combater nas ruas a burguesia, a ditadura civil de Temer e as reformas antinacional e antipopular.

Reforma da Previdência

Centrais sindicais se reúnem com o golpista Rodrigo Maia

Um dos objetivos do golpe de Estado era o de impor um novo governo capaz de implantar reformas francamente antinacionais e antipopulares. O golpista Temer bate no peito dizendo que já realizou reformas que nenhum governo anterior conseguiu. Refere-se à reforma trabalhista e ao avanço da Lei da Terceirização. Mas, para cumprir sua tarefa, é preciso aprovar a reforma da previdência. Nesse ponto, esbarrou nos interesses corporativos da alta burocracia estatal, do judiciário e dos militares. No Congresso Nacional, órgão que promoveu o golpe, estão representados esses interesses por meio das bancadas parlamentares. Embora haja unanimidade na base aliada de que a reforma da previdência é necessária e urgente, tais interesses vêm à tona. Não por acaso, uma parte desses deputados vacila em vender seu voto ao governo Temer.

A compra de deputados, prefeitos e governadores, manobras, gigantesca campanha nos meios de comunicação e jogatinas eleitorais sempre fizeram parte da democracia burguesa oligárquica. O que Temer faz não é senão ampliar essa podridão, para cumprir a exigência do capital financeiro, que é a de livrar boa parte dos gastos com a previdência. Espera o momento certo para exigir que o Congresso Nacional aprove a reforma.

Infelizmente, as burocracias sindicais, que desmontaram o movimento depois da greve geral de 28 de abril do ano passado, se embrenharam no jogo das pressões parlamentares e, agora, apostam no fracasso do governo em conseguir os 308 votos. Mediante o anúncio de Rodrigo Maia de colocar em votação a reforma a partir de 19 de fevereiro, a CUT e aliadas se colocaram pelo “Dia Nacional de paralisações e mobilizações”. Alguns sindicatos, como os metalúrgicos do ABC, dos transportes, da educação municipal, etc. aprovaram a greve nesse dia. No entanto, não se desgarraram da tal da pressão aos deputados (nas cidades, nos aeroportos, etc.). Pior ainda! As maiores centrais (Força Sindical, CUT e seus satélites) foram ao encontro de Rodrigo Maia, no dia 7 de fevereiro, pedir ao chefe do golpe para que “não pautasse a reforma da previdência”. No pedido, disseram que a reforma da previdência fosse “bem discutida com a sociedade nas eleições e que ficasse a cargo do próximo governo”.

O candidato e deputado federal golpista, Paulinho da Força Sindical, alertou Maia de que a derrota na Câmara de deputa-

dos seria “muito ruim para a economia”. A representante da CUT partiu para o discurso demagógico de que é preciso um amplo debate na sociedade antes de pautar a reforma. O burocrata da UGT levou no bolso a sugestão a Maia de “incluir um artigo na reforma que obrigasse os empresários a recolherem os valores das contribuições dos trabalhadores e dos empregadores”. Por fim, as centrais chegaram ao objetivo da reunião, que era o de pedir a Rodrigo Maia a liberação do dinheiro da contribuição sindical, que foi retido pelo governo, portanto, não repassado para as centrais. Prontamente, Maia se colocou por interceder junto a Temer. Quanto à reforma da previdência, Maia disse que fará de tudo para que seja aprovada em fevereiro. Caso contrário, disse que criará uma comissão, com participação das Centrais, para contribuírem com a elaboração de um novo projeto.

Como se vê, os burocratas sindicais jogam nos dois lados. Na frente dos trabalhadores, se mostram empenhados em lutar contra a reforma da previdência; nas costas, estão sempre prontos para retomar a conciliação de classes.

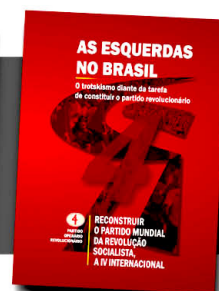
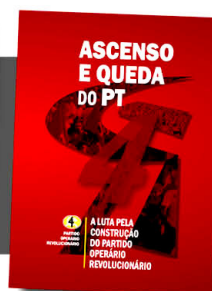
Reunião do Comitê do ABC contra a Reforma da Previdência

Em meados de janeiro, ocorreu a reunião do Comitê do ABC que deliberou a elaboração de um novo panfleto contra a reforma da previdência e a campanha nas fábricas e terminais de trens. Objetiva, assim, impulsionar a mobilização do dia 19 de fevereiro.

Antes dessa campanha, o Comitê atuou contra o aumento das tarifas dos transportes coletivos. Nas reuniões, há um esforço em favor da unidade dos comitês nas lutas locais, regionais e nacionais. Como parte desse propósito, participou das reuniões juntamente com os Comitês dos transportes e da Frente Povo Sem Medo. Agora, intensifica as panfletagens contra a reforma da previdência.

A Corrente Proletária/POR vem atuando no Comitê do ABC, com o objetivo de ampliar sua atuação junto à classe operária e demais explorados da região.

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS



Assembleia Popular em São Bernardo ABC Vota Greve para o dia 19/02

Apesar dos desvios colocados pela burocracia do PT e da CUT e da tentativa de arrastar os operários a confiar na democracia burguesa, a vida real, imposta pelos capitalistas e seu governo de retirada de direitos, de ataque aos empregos e às aposentadorias, estava em choque com os discursos dos dirigentes sindicais e do PT. A direção do sindicato dos metalúrgicos e da CUT teve de fazer um esforço enorme para convencer os operários e os demais setores de que o método da greve ainda não é o mais adequado no momento. Mas, como não conseguiram convencer totalmente, foram obrigados a colocar em votação a greve para o dia 19 de fevereiro. Demonstração viva de que a classe operária está disposta a enfrentar as reformas de Temer por meio da greve. Isso é um sintoma importante de que o proletariado procura a via do rompimento com a política de conciliação de classes.

A Assembleia Popular, convocada pelo Sindicato Metalúrgico do ABC, contou com operários, familiares, movimentos sociais, Comitês da região (Comitê do ABC contra a reforma da previdência e Frente Povo Sem-Medo), sindicatos e centrais (CUT, Força Sindical, CSP-Conlutas e Intersindical). Fazia parte da chamada jornada de luta contra a reforma da previdência, que culminará no dia 19 de fevereiro. Realizou-se na rua, em frente ao Sindicato. A presença era massiva de representantes dos Comitês Sindicais (de fábrica) e de dirigentes sindicais e populares. Os metalúrgicos de base tiveram ainda uma tímida presença.

A Assembleia Popular iniciou abrindo a palavra para os movimentos sociais e ao Comitê de luta. Pelo Comitê do ABC, falou o POR e pela Frente Povo Sem Medo, um militante do MAIS. Essas foram as únicas intervenções que não estavam sob o controle da burocracia sindical. Logo depois, falaram o representante da Força Sindical e dirigentes sindicais. Havia uma certa unanimidade em torno da defesa das eleições, como via para se opor ao golpe de Estado e às reformas de Temer. Os petistas levantaram a bandeira de que “eleições sem Lula é fraude”. Os ex-metalúrgicos, Vicentinho e Luiz Marinho, fizeram os discursos mais longos, recheados das



(...) operários e populares exigiram que a Assembleia Popular votasse: “Vamos votar! resistir é com greve. Finalmente, foi decidida a greve de 19 de fevereiro.”

costumeiras “gracinhas”. Vicentinho foi mais longe. Comparou Lula com as perseguições que os romanos fizeram a Jesus Cristo. E concluiu com o pessimismo de burocrata e parlamentar, dizendo que os trabalhadores ainda não estão preparados para a greve geral. Quando os operários dão mostram que querem lutar, Vicentinho se agarra com unhas e dentes na política de conciliação de classes. Na mesma linha, falou o dirigente cutista Sérgio Nobre. Disse que as centrais foram ao encontro de Rodrigo Maia (Presidente da Câmara dos Deputados) para pedir que não colocasse em votação o projeto de reforma da previdência. Lamentando, concluiu que Maia negou o pedido. Por fim, falou Wagnão (presidente do Sindicato Metalúrgico do ABC). Em um discurso longo, falou da necessidade da resistência e mostrou que há duas alternativas de desenvolvimento para o País. E que os trabalhadores têm sua alternativa, que será representada pela candidatura de Lula.

O fundamental foi que os operários e populares exigiram que a Assembleia Popular votasse. Aos gritos, diziam: “Vamos votar! resistir é com greve!”. Assim, foi obrigado a colocar em votação a greve de 19 de fevereiro.

O POR estava presente na Assembleia Popular, mas enquanto partido não pode se expressar no carro de som. A intervenção do partido foi feita por meio da militante que atua no Comitê do ABC. A camarada defendeu a importância da unidade da classe operária e dos demais explorados para enfrentar as reformas do governo golpista de Temer. Colocou-se pela necessidade de fortalecer e ampliar os comitês de lutas e que os sindicatos e movimentos populares realizassem plenárias para organizar a luta de resistência. Ressaltou que era preciso uma greve geral mais forte que a de 28 de abril. Criticou o eleitoralismo de direções sindicais e reforçou que o caminho é o da greve geral. No final da intervenção, houve gritos em favor da greve geral. O POR atuou, também, por meio do Manifesto: DERROTAR AS REFORMAS DO GOVERNO GOLPISTA COM OS MÉTODOS DE LUTA DA CLASSE OPERÁRIA, que reproduzimos abaixo.

À Assembleia Popular

DERROTAR AS REFORMAS DO GOVERNO GOLPISTA COM OS MÉTODOS DE LUTA DA CLASSE OPERÁRIA

O governo de Temer diz que, em mais dias ou menos dias, a reforma da previdência será feita. E que seria melhor começar desde já. Segundo o próprio governo, o projeto negociado ainda é insuficiente. Em outras palavras, se o Congresso Nacional aprovar a mudança constitucional, dará apenas um passo. A burguesia como um todo e o capital financeiro em particular exigiram e exigem uma profunda alteração no sistema previdenciário.

O alegado déficit na conta da previdência vincula-se ao déficit primário, à gigantesca dívida pública e à insuportável carga de juros. De nada adiantou uma comissão de senadores demonstrar que tal déficit da previdência não existe. O que vale são os cálculos fraudulentos do governo, ditados pelos banqueiros e pelo imperialismo. A ordem dos capitalistas é a de descarregar a crise econômico-financeira inteiramente sobre a maioria oprimida. É

preciso a qualquer custo proteger o parasitismo dos banqueiros, investidores e aplicadores. Não importa que a dívida pública e os juros sangrem o Tesouro Nacional e bloqueiem o desenvolvimento econômico do País. Esse monumental sanguessuga da economia nacional é protegido pela burguesia e seu governo como um santuário inatingível. O trabalho, os salários, a previdência e as condições gerais de existência das massas devem servir a esse santuário do capital financeiro.

Dia e noite, a imprensa monopolista bate na tecla que a reforma da previdência é a prioridade número um do País. De vez em quando, mostra que a dívida pública vem crescendo de maneira insustentável e que a culpa é a dos gastos públicos com a previdência. O parasitismo financeiro é transformado em condição para o desenvolvimento econômico e social do País. Para convencer os explorados de que a reforma da previdência se converterá em “geração de emprego e salário”, lança-se mão da sórdida campanha do fim dos privilégios e da igualdade. O funcionalismo como um todo é pintado com as cores dos infames privilégios. Oculta-se que os verdadeiros privilegiados estão no governo, no parlamento, na alta esfera da burocracia estatal, na cúpula do judiciário e nas Forças Armadas. A esmagadora maioria do funcionalismo ganha baixos salários e a sua única vantagem em relação aos trabalhadores do sistema do INSS está em poder se aposentar com o valor do último salário. Como se vê, não se trata de um privilégio, mas de um direito que todo trabalhador deveria ter. O que o governo pretende é arrancar essa conquista e rebaixar o funcionalismo à condição de receber um salário menor daquele que recebia na ativa. Uma das lutas que deveria há muito ter sido travada pelos sindicatos era que nenhum trabalhador poderia se aposentar com salário inferior ao que recebia.

A reforma trabalhista e a Lei da Terceirização, por sua vez, aumentam a informalidade e impossibilitam a aposentadoria a milhões de trabalhadores. O capitalismo sobrevive convulsionado pela crise estrutural. As reformas antinacionais e antipopulares que vêm sendo implantadas no Brasil, principalmente as do governo Temer, atendem à orientação do capital financeiro internacional, do imperialismo. A ruptura democrática promovida pelo impeachment e a constituição de um governo de ditadura civil responderam a essa orientação.

A classe operária e os demais explorados estão, portanto, diante de um ataque sem precedentes às relações de trabalho e às suas condições de vida. É possível e necessário quebrar essa ofensiva. O que exige uma ampla e profunda mobilização das massas, sob a direção da classe operária. O que exige uma poderosa unidade local, regional e nacional dos explorados. A greve geral de 28 de abril indicou o caminho. Infelizmente, as centrais desarmaram o movimento, substituindo-o pelo chamado “dia nacional de mobilização”. O resultado foi que o Congresso Nacional golpista e a ditadura civil de Temer impuseram tranquilamente aos assalariados a reforma trabalhista. A negociação da Força Sindical com o governo foi uma clara traição ao proletariado. A experiência mostrou que os explorados estavam dispostos a combater, com todas as suas forças, as reformas e o governo. No entanto, faltou-lhes uma direção que organizasse o combate pelas bases, erguesse um firme comando nacional e uma frente única de luta que garantisse a férrea unidade dos trabalhadores. Os

comitês que começaram a surgir foram desmontados.

Depois do desastre da aprovação da reforma trabalhista, nada foi feito para corrigir o erro do desmonte do movimento de greve geral. Passou-se a divulgar a ideia de que o governo era fraco e não tinha forças para aprovar a reforma da previdência. Esse argumento é derrotista. Aguarda-se para ver o que vai acontecer. Submete a luta ao calendário estipulado pelo governo e pelo Congresso Nacional.

Essa Assembleia Popular deve se colocar claramente pela organização de um amplo movimento contra a reforma da previdência, pela revogação das reformas trabalhista, do ensino médio e da Lei da Terceirização e contra o plano de privatização e desnacionalização da economia. A Assembleia Popular deve se colocar pela organização da greve geral. A Assembleia popular deve reconstruir e ampliar os comitês de luta. A Assembleia Popular deve trabalhar pela unidade dos oprimidos, apoiada numa sólida frente única de combate. A Assembleia Popular deve aprovar o Não Pagamento da Dívida Pública. A Assembleia Popular deve se colocar em defesa dos empregos e dos salários. Essas devem ser as principais decisões e a base sobre qual organizar a luta nacional.

A condenação de Lula no TRF-4 se configurou numa clara ação

“A Assembleia Popular deve se colocar pela organização de um amplo movimento contra a reforma da previdência, pela revogação das reformas trabalhista, do ensino médio e da Lei da Terceirização e contra o plano de privatização e desnacionalização da economia. Deve se colocar pela organização da greve geral., reconstruir e ampliar os comitês de luta e trabalhar pela unidade dos oprimidos, apoiada numa sólida frente única de combate”.

policial, judicial e política antidemocrática dos aparatos do Estado burguês. A cassação dos direitos políticos de Lula é parte do golpe de Estado que derrubou o governo do PT. A Assembleia Popular deve se colocar pela bandeira de que somente a classe operária pode julgá-lo, por meio de um Tribunal Popular. A Assembleia Popular deve separar nitidamente a defesa dos direitos políticos de Lula de sua candidatura. É fundamental que a Assembleia Popular não condicione a luta contra as reformas às posições eleitorais. E que não se condicione o movimento contra as reformas à defesa da democracia burguesa. A Assembleia Popular deve ser expressão da política e da democracia do proletariado. Que se eleja uma direção executiva da Assembleia Popular, que tenha por objetivo organizar a próxima reunião que deve ser aprovada nesta plenária. Que se aprove um chamado aos sindicatos, associações, movimentos e correntes políticas para que organizem as assembleias populares por todo o País.

Abaixo a reforma da previdência!

Revogação das reformas antinacionais e antipopulares!

Greve geral para derrotar a ofensiva da burguesia e de seu governo contra os explorados!

Não à condenação de Lula e pela garantia de seus direitos políticos!

Pela organização de assembleias populares em todo o País!

7 de fevereiro de 2018

Municipais de São Paulo

Prefeito de São Paulo apresenta o projeto de reforma da previdência

Em pleno recesso do magistério municipal, Dória convocou um Seminário, por meio do Diário Oficial, para expor seu novo Projeto de Previdência Privada. Na realidade, é um Projeto substitutivo ao PL 216/16, enviado à Câmara de Vereadores pelo prefeito anterior, Fernando Haddad /PT, que previa a criação de uma Previdência Complementar para o funcionalismo municipal. Agora, Dória, aproveitando esse fato, enviou à Câmara, 18/12/17, um projeto completo de Previdência Privada, ligado ao capital financeiro.

No Seminário, que ocorreu no dia 31/01/18, compuseram a mesa os tecnocratas do governo, como o economista da FIPE, o tesoureiro do IPREM, o secretário municipal da Fazenda e o presidente do SPPREV (Previdência do Servidor estadual). Para mediar, estavam os representantes de partidos da base aliada, como Caio Miranda/PSB - relator do projeto - e pelo PPS, dois vereadores, sendo um deles o presidente do Sinpeem, Cláudio Fonseca. Fizaram parte da plateia, representantes do Fórum das entidades sindicais, Sedin, Sinpeem, Sindsep, militantes da Oposição, que compõem a direção do Sinpeem e algumas personalidades do antigo governo petista.

Os indicados pelo prefeito consideraram que essa conduta de convocar o Seminário era ultrademocrática, porque atendia ao pedido do PPS (base do governo) para expor o PL antes de implantá-lo. Os tecnocratas iniciaram justificando as razões da criação da Sampaprev - Previdência Complementar. Repetiram a ladainha de que o atual regime de previdência- IPREM - acumula um déficit da ordem de 17 bilhões, gerado no período de 2008 a 2017. Apresentaram tabelas de alguns salários de funcionários, como do Quadro de Apoio, do magistério e até da saúde, falseando os valores médios ao longo de 35 anos de trabalho. Mostraram que um agente escolar poderia chegar ao final da carreira com cerca de R\$ 4.000,00 de salário. O plenário ficou estarecido diante de tamanha fraude.

Num segundo momento, foram direto ao ponto. Procuraram demonstrar que a atual contribuição previdenciária de 11% não é o suficiente para garantir o pagamento das futuras aposentadorias e dos atuais 219 mil servidores municipais. Assim, lançaram mão da defesa do novo Plano Previdenciário, que propõe instituir medidas voltadas a seu “equilíbrio financeiro e atuarial, observados os artigos da constituição Federal”. Propõem, dessa forma, confiscar o conjunto do funcionalismo da ativa e aposentados. Dos atuais 11% de contribuição previdenciária, se somará um aumento de 3% para todos os servidores. Ou seja, a alíquota subirá para 14% para quem ganha até R\$ 1.132,50. Acima disso até o teto do INSS, hoje de R\$ 5.645,81, conforme a faixa salarial, haverá mais um acréscimo de 1%, variando de 15% a 18% de contribuição pre-

videnciária. Os servidores que receberem salários acima do teto do INSS, pagarão 19%. Os aposentados também foram sobretaxados. Pagarão 5% sobre os seus vencimentos, mais 14% sobre a diferença de seu salário com relação ao valor do teto do INSS.

Mal terminou esse primeiro bloco de apresentação, os servidores do prefeito foram achincalhados pela pequena plateia presente. O PPS se colocou contrário ao PL. Depois disso, todas as intervenções do plenário foram no sentido de mostrar o confisco que estava sendo feito sobre o funcionalismo. Os diretores do Sinpeem intervieram chamando a greve contra essa atrocidade.

Diante da reação do plenário, os defensores da proposta tentaram responder aos questionamentos. No entanto, o presidente da FIPE protestou dizendo que não veio para discutir “ideologia”.

A intervenção do POR foi no sentido de demonstrar que o PL de Dória era tão somente a aplicação da reforma da previdência do governo Temer. Mostrou que a reforma da previdência já estava sendo implantada em alguns estados e municípios, particularmente no que se refere à elevação das alíquotas de 11% para 14% e a regulamentação da previdência complementar. Enfatizou que a reforma da previdência visa a sustentar a gigantesca dívida pública. Concluiu reafirmando que o caminho é o de derrubá-la por meio da greve geral. E que o 19 de fevereiro assinale a unidade do funcionalismo municipal e estadual contra a reforma da previdência de Temer e de seus aliados nos estados e municípios.

Os organizadores do Seminário passaram a ignorar as intervenções. Os representantes do Fórum das entidades apenas criticaram o projeto e se retiraram. Sequer deixaram claro se participarão da greve dos trabalhadores da educação do município, no dia 19. Em seguida, o Seminário foi suspenso.

Entidades ligadas ao Fórum /SINP realizaram manifestação no dia 01/02

No dia seguinte, as entidades do Fórum do funcionalismo fizeram uma manifestação no saguão da Câmara de Vereadores. Levantaram a bandeira de **Retirada Já do PL!**. Pela primeira vez, conseguiram levar centenas de trabalhadores de base. Esse fórum está sendo dirigido por setores ligados à CUT. Todos os setores do Fórum compõem o SINP – Sistema de Negociação Permanente, criado durante o governo petista de Marta Suplicy. Agora, diante de tamanho ataque do prefeito Dória, estão obrigados a rejeitar e convocar limitadas manifestações.

Sinpeem aprovou a greve para 19 de fevereiro

De acordo com a proposta de Dória, nos próximos 74 anos,

de 2018 a 2092 as contribuições e alíquotas serão revistas periodicamente pela gestão da Sampaprev. Ou seja, a Prefeitura aumentará o confisco prevendo o equilíbrio financeiro e atuarial. Segundo a proposta, o sistema financeiro trabalhará em conjunto na medida em que oferecerá contratação de seguros visando a cobrir benefícios não programados aos servidores. Resumindo, o sistema financeiro está abocanhando a Previdência do funcionalismo municipal - IPREM. Para isso, isenta a Prefeitura de sua contribuição com o sistema, sobretaxa os contribuintes assalariados, quebrando o IPREM e criando a nova entidade SAMPAPREV em parceria com os Bancos Privados. Esse mecanismo foi feito por Alckmin na rede estadual em 2007, com o fechamento

do antigo IPESP e criação do SPPREEV, que tem dificultado todas as aposentadorias e pensões do funcionalismo estadual. De antemão, a Sampaprev receberá 8 milhões de reais dos cofres públicos para iniciar a sua construção. Contratará, inclusive, 231 funcionários para treiná-los no novo modelo atuarial e de capitalização.

Mediante à ofensiva de Dória, a reunião da diretoria e do Conselho de Representantes aprovou a greve. Para isso, está sendo convocada a assembleia de 19 de fevereiro. Lembremos que a derrota da ofensiva de Dória dependerá da unidade dos servidores municipais. E do avanço da luta nacional contra a reforma da previdência de Temer. O caminho é o da greve geral.

Apeoesp

Conselho de Representantes se colocou na defensiva diante dos brutais ataques de Alckmin

No início de fevereiro, foi realizada a reunião do Conselho Estadual de Representantes, que contou com a grande maioria de subdeses da capital, Grande São Paulo e interior. O objetivo era aprovar a data de uma assembleia para enfrentar a reforma da previdência e as draconianas medidas do governador Alckmin de fechamento de salas, desemprego, subemprego e reposição salarial.

A reunião começou com a exposição da situação política e a apresentação das perdas salariais, feitas pelos representantes do Dieese. A análise política serviu para enfatizar a política do PT diante das reformas de Temer e da condenação de Lula. Tratou-se da defesa da democracia burguesa, das eleições de outubro e da intensificação da campanha de pressão aos deputados para inviabilizar a votação da reforma da previdência. Os dados salariais comprovaram as perdas que se acumularam nesses últimos quatro anos, apesar do reajuste de 7%.

O ponto central foi a convocação da assembleia. A direção da

Apeoesp indicou a data de 8 de março, para aproveitar o dia da mulher. A Corrente Proletária e setores da oposição defenderam o dia 19 de fevereiro, data indicada pela central como dia nacional de paralisações e mobilizações. Os argumentos em favor da unidade com os trabalhadores da educação do município (que já haviam decidido pela assembleia nesta data) e a urgência em aprovar a luta contra as demissões justificavam a importância da data. Mas, como a burocracia do sindicato tem maioria no CR, a proposta do dia 8 de março foi aprovada. O dia 19 ficou como sendo de “paralisação” e participação do ato centralizado na Av. Paulista.

Dessa forma, apesar dos números estonteantes de fechamento de salas e turnos e demissão de professores – somente em 13 regiões foram fechadas 1530 classes do ensino fundamental e médio -, mais uma vez a luta coletiva foi postergada para março.

Publicamos abaixo a intervenção da Corrente Proletária nas atribuições de aulas

No final de janeiro e início de fevereiro, as Diretorias de Ensino realizaram as atribuições de aulas. A situação foi calamitosa. O fechamento de salas e turnos era generalizado. A Corrente Proletária atuou com um boletim exigindo a convocação de assembleia para aprovar a luta estadual. Publicamos, aqui duas de nossas intervenções.

O horror da atribuição de aulas em Caraguatatuba e Região

Como já era de se esperar, em Caraguatatuba, centenas de professores ficaram desempregados e subempregados com a falta de aulas. O período noturno vinha sendo fechado em algumas escolas já há algum tempo. Após a implementação do CEEJA, em 2014, a Diretoria de Ensino (DE) passou a propagandear esta modalidade, onde os alunos só vão para tirar dúvidas e fazer as provas. Atendendo ao interesse do governo em fechar as escolas para reduzir os gastos, a DE começou a passar o facão no período noturno na maioria das escolas da região Caraguatatuba, São Sebastião, Ubatuba e Ilhabela. Esta última sofreu com a municipalização de 3 das 5 escolas estaduais, em 2009. Neste momento, na cidade de Ubatuba, das 11 escolas estaduais apenas em três existe o período noturno. Em Caraguatatuba, cidade mais populosa da região, com mais de 116 mil habitantes, hoje tem o noturno em apenas 4 das 14 escolas estaduais. Na escola Maria Ester houve uma campanha dos alunos, pais e professores em 2010 contra seu fechamento. A Corrente Proletária esteve à frente do movimento organizando

a luta. Na cidade de Ilhabela, depois da sanha de municipalização da maioria das escolas em 2017, foram obrigados a abrir uma nova escola, a cidade conta hoje com apenas 3 escolas estaduais, em duas possui o ensino noturno. Em São Sebastião, existem 8 escolas estaduais, mas em apenas três continua o noturno, sobre fortes ameaças de fechamento. Na escola Plínio, na Costa Sul de São Sebastião, a Corrente Proletária atuou contra o fechamento do período noturno, quebrando o discurso falso do governo no Conselho de Escola e propagandeando nas comunidades a abertura das salas, este ano a escola resiste com três salas de EJA.

A experiência tem mostrado que o governo vem aumentando o fechamento e os professores não têm reagido à altura. Nas escolas em que os professores fazem uma luta, por menor que seja, tem sido possível reverter ou segurar o noturno por mais um tempo. A escola Colônia dos Pescadores, em Caraguatatuba, depois do movimento de ocupação, conseguiu segurar o noturno por mais três anos. Este ano foi fechada nas férias e suas salas foram transferidas

para outra unidade escolar. Neste caso, no período da ocupação, houve uma negociação da desocupação, o acordo previa o não fechamento das salas e do noturno. No entanto, o governo tem apostado na desmobilização dos estudantes, professores e pais para continuar sua política de fechamento.

O individualismo e a falta de unidade são um problema que precisa ser enfrentado pelos professores nas escolas, uma vez que as campanhas contra o fechamento em muitos casos precisam ser construídas de dentro para fora. Outro problema a ser enfrentado é o da ausência do sindicato nas escolas, discutindo e organizando a resistência dos professores, estudantes e pais, quebrando, assim, o falso discurso do governo da falta de demanda, etc.

A Corrente Proletária na Educação tem lutado contra o fechamento das salas e do período noturno. Nos últimos anos, tem insistido para que a Subsele da Apeoesp erga uma verdadeira campanha contra o fechamento das salas e do noturno. Mas, o vemos é o corpo mole da direção sindical da região. Basta ver o caso de um dos membros da direção majoritária (Articulação e CTB) que hoje ocupa um cargo de direção de escola na Prefeitura de Caraguatatuba, indicado pelo prefeito do PMDB. Como combater o fechamento de escolas e o desemprego sendo indicado pela burocracia estatal? Diante dos professores, fazem o falso discurso dizendo que têm defendido a categoria e pelas costas conciliam com a DE, deixando de lado qualquer manifestação que esteja em choque com esta.

A Corrente Proletária retoma a campanha de abertura de todas as salas e turnos fechados. É fundamental que as escolas iniciem essa luta para que possamos derrotar tamanha ofensiva dos prefeitos e do governador Alckmin.

Desemprego e subemprego de professores crescem na região da Norte 1

O ano de 2018 começou muito mal para uma grande parcela de professores da região Norte 1. Na reunião que antecedeu a atribuição de aulas, constatamos que houve alto índice de fechamento de salas de aula. Muitas escolas fecharam períodos inteiros, como é o caso da E.E. Antônio Francisco Redondo, que fechou 13 salas; a E.E. Profª Olinda Leite Sinisgalli, que fechou 17 salas e a E.E. Walfredo Arantes Caldas, que fechou 14 salas. A maioria das escolas informadas tinha fechamento de salas, maior do que o ano anterior.

Nos primeiros dias da atribuição, reservados para a constituição de jornada dos efetivos, observamos um número elevado de professores que não conseguiu completar sua jornada em sua escola. Nos dias seguintes, os professores de categoria “F” (estáveis) e “O” (contratados) tiveram que se contentar com as sobras. Notamos que no penúltimo dia de atribuição, na primeira leva de inscritos, já havia acabado o saldo de aulas na maioria das disciplinas.

No geral, tanto professores efetivos, como estáveis e contratados, que conseguiram aulas, foram obrigados a dividir sua jornada entre várias escolas. As consequências: salas superlotadas, destruição físico e mental dos professores, precarização das condições de trabalho, etc. Mais ainda, a maioria dos contratados ficou desempregada. Terá de fazer a via sacra na D.E. todos os dias para ver se arruma alguma aula para sobreviver.

Os motivos dessa queda acentuada do número de salas fe-

O desemprego e subemprego em Caraguatatuba e região

A atribuição deste ano foi marcada pela falta de aulas, professores efetivos com 28 anos de magistério adidos, perdendo sua sede e sendo obrigado a atribuir aulas em três escolas para sair da condição de adido. Vários professores, sobretudo das disciplinas que possuem menos aulas na grade, estão sendo obrigados a ficar em mais de uma escola, em alguns casos em mais de uma cidade. Os professores categoria F em sua maioria estão nas unidades escolares cumprindo as 10 horas de permanência, muitos estão também como eventuais substituindo os colegas para aumentar o salário de fome. A pior situação é a dos professores da chamada categoria O, estes que já têm sofrido nos últimos anos com pressão para que não falem, não façam greves e com as aulas picadas em várias escolas, este ano ficaram desempregados ou subempregados. Aqui em Caraguatatuba, de uma lista de mais de 500 professores, apenas uma minoria conseguiu aulas, 30 aproximadamente.

Nossa tarefa

Diante deste cenário de desemprego, não temos dúvidas que é por meio da unidade na luta é que podemos barrar o fechamento de salas e do período noturno. Na reunião do Conselho Estadual, os burocratas apontaram para uma assembleia para 8 de março. Com essa assembleia tardia muitos professores serão obrigados a procurar uma saída antes, individualmente. Nossa tarefa é: 1) impulsionar a campanha regional contra o fechamento das salas e do período noturno; 2) trabalhar pela redução do número de alunos por sala, máximo de 25; 3) paralisar as escolas no dia 19 de fevereiro em defesa dos empregos e contra a reforma da previdência.

chadas e, consequentemente, elevado índice de desemprego na região são: 1) no caso específico da capital, o fato de que a prefeitura concluiu o ciclo de correção do ensino de nove anos. Isso quer dizer que não possuía, em 2017, o 9º ano do ensino fundamental. Sendo assim, a demanda de aluno para o 1º ano do ensino médio não existiu e, agora, é a vez das escolas estaduais passarem pela ausência de um ano letivo, até 2020; 2) A tentativa de imposição pelo governo da reorganização escolar, que foi barrada pelos alunos nas ocupações de 2015, se manteve, embora a conta gotas; 3) segundo o jornal Folha de São Paulo, 1,5 milhão de jovens de 15 a 17 anos estão fora da escola. Isso mostra a exclusão de uma parcela significativa de jovens que deveriam estar matriculados no ensino médio.

A Corrente Proletária na Educação atuou nas atribuições de aulas com o boletim defendendo a abertura de todas as salas e turnos fechados por meio da redução do número de alunos por sala, máximo de 25 alunos. Reivindicando a estabilidade de todos os professores contratados, por meio da campanha “nenhum professor desempregado”. Propagandeou a bandeira de emprego a todos, defendendo a escala móvel das horas de trabalho. Ou seja, a divisão das horas de trabalho entre todos os aptos ao trabalho. Ressaltou que somente a mobilização direta e coletiva de professores e estudantes é possível derrotar a ofensiva de Alckmin/ PSDB contra a educação pública e os empregos.

Movimento contra o aumento da passagem em São Paulo

Os erros do MPL em 2018

Já virou um certo hábito na cidade de São Paulo, o Movimento Passe Livre (MPL) aparecer em janeiro para se contrapor aos aumentos da tarifa, feitos pela prefeitura e pelo governo do estado, no caso do metrô. Neste ano, a tarifa na cidade passou de R\$ 3,80 para R\$ 4,00.

No ano de 2013, o MPL esteve à frente dos atos que desembocaram no levante de milhões que foram às ruas. Este movimento conquistou a redução da tarifa, mas finalizou com posições reacionárias, antipartidárias. Agora, o MPL chamou o primeiro ato no dia 11 de janeiro, na Av. Paulista e contou com cerca de 5000 pessoas. Já no segundo ato, o movimento errou ao decidir fazer o ato “na frente da casa do Dória”. Obviamente, o prefeito mandou cercar sua casa de policiais. O movimento foi desviado para a Av. Faria Lima e contou com menos de 1000 pessoas. Com uma divulgação pífia, o terceiro ato foi chamado para o cruzamento da Av. Ipiranga com a São João, contando com 200 pessoas. Diante do número reduzido, a polícia impediu que a manifestação tomasse as ruas do centro. Na dispersão, muitas bombas, tiros e perseguição para impedir que os poucos manifestantes chegassem na delegacia de polícia da rua Aurora, para onde 4 jovens foram levados.

Diante desta situação, a resposta do MPL foi a de enterrar o movimento chamando ao invés de um ato amplamente convocando ou uma plenária com os diversos movimentos para decidir os

rumos, chamou uma aula pública para o dia 31 de janeiro. Aula esvaziada como era de se esperar. Um grupo autônomo até tentou se contrapor a esta política, convocando um ato para o mesmo dia e horário da aula pública. Sem a amplitude do MPL, este ato também foi esvaziado.

A luta contra o aumento das passagens faz parte de uma luta mais geral pelas condições de vida dos explorados, juntamente com a luta pelo emprego e pelos salários. O MPL erra quando não vincula a luta pelo transporte com a luta pela condição de vida dos explorados. Erra quando não vincula suas bandeiras com os maiores ataques que os explorados já sofreram que é a reforma trabalhista e da previdência.

A Corrente Proletária interveio nos atos. Levantou as bandeiras de unidade com os explorados. Posicionou pela defesa dos empregos e dos salários. Está aí por que vincula a luta contra os aumentos das passagens com as reivindicações elementares dos explorados e da juventude. Eis:

Salário mínimo vital (valor que atenda às necessidades dos trabalhadores e suas famílias); escala móvel de reajustes (elevação automática dos salários de acordo com a elevação dos preços); empregos para todos com estabilidade (escala móvel de horas de trabalho); passe livre para desempregados e estudantes e estatização do transporte, sem indenização e sob controle operário.

Rondônia

Entidades dos estudantes de Porto Velho transformam as carteirinhas estudantis em comércio rendoso

O Consórcio SIM Empresa de Transporte Coletivo de Porto Velho, juntamente com as organizações estudantis da cidade, no início deste ano de 2018, promoveu um verdadeiro saque aos estudantes em todos os níveis de ensino por meio da exigência obrigatória da carteira de estudante no ato do recadastramento do cartão SIM estudantil. Essa exigência está na lei nº 2375/2016, assinada em 07 de dezembro, advinda do projeto de lei nº 3.415/2016 dos Vereadores das gestões anteriores Chico Lata - PP, Sid Orleans - PT, Edwilson Negreiros - PSB.

Os estudantes ao tirar o cartão pela primeira vez não pagam nenhuma taxa, mas a partir do ano seguinte são obrigados a pagar uma taxa de cadastramento. Em anos anteriores, os estudantes se recadastravam sem a exigência da carteira de estudante. Em 2018, o recadastramento custa R\$ 7,60. As carteiras variam de preços de acordo com as entidades na seguinte ordem: a União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES), a União Estadual Rondoniense de Estudantes Secundaristas (UERES) e a União Estadual Estudantes (UEE) cobram R\$ 20,00. A União Estadual dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) cobram também R\$ 20,00. Enquanto que a Associação dos Estudantes Secundaristas (AES) e a União Estadual dos Estudantes Secundaristas/RO (UEES-RO) cobram R\$ 30,00. Por último, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Rondônia cobra R\$ 12,00.

Como se vê, trata-se de um comércio extremamente lucrativo.

Essas entidades impõem aos estudantes os valores. E aqueles que não comprarem a carteira de estudante de qualquer uma destas entidades não poderão adquirir o CARTÃO SIM. Sem decisão de assembleias, essas direções arrecadam uma gigantesca soma de dinheiro. A maioria dos estudantes sequer conhece as entidades estudantis. Isso por que não estão presentes nas escolas, organizando o movimento estudantil para enfrentar a política de desmonte da educação pública e o avanço da privatização. São direções burocratizadas que estão em conluio com as empresas de transportes. Nesse momento, aparecem com algumas salas alugadas próximas das LOJAS do recadastramento do CARTÃO SIM dos estudantes.

É preciso que os estudantes mais conscientes se coloquem por organizar o movimento de oposição a esses burocratas estudantis, que usam as entidades para fins lucrativos e eleitoreiros. A passividade e a omissão fortalecem os parasitas que se apropriam dos organismos de luta. A recuperação desses organismos em favor dos interesses gerais dos estudantes é uma tarefa imprescindível. A Corrente Proletária/POR denuncia essa burocracia e defende o passe-livre estudantil, sem nenhum custo. Vincula a defesa do passe-livre com a luta pelo emprego, salário, saúde e educação. E pela estatização dos transportes públicos.

Como a burocracia universitária foi entregando a autonomia

No final de janeiro, o governo do Paraná apertou o cerco às universidades estaduais para dobrá-las e coloca-las sob seu controle. A ofensiva se deu em torno à folha de pagamentos que, até dezembro, o governo não controlava. Agora, com a colaboração da burocracia universitária, o governo finalmente colocou as mãos neste mecanismo de controle e manipulação das IES.

Durante todo o ano de 2017 houve resistência por parte do movimento docente e, em parte, da própria burocracia, que não quer perder algumas regalias – a livre manipulação do escasso orçamento, e a utilização política dos recursos. O ponto mais alto desse confronto ocorreu em maio/2017, quando se reuniram os sete conselhos universitários e os sindicatos numa grande assembleia universitária. Neste momento, conseguiu-se uma unidade que obrigou o governo a recuar por alguns meses na sua ofensiva.

No entanto, dois meses depois, esta frente foi quebrada pelos reitores interessados em arrancar um termo de autonomia financeira – nos moldes das estaduais paulistas – com o qual vem sonhando há décadas e que, na avaliação deles, lhes garantiria mais poder. Em nome dessa “autonomia”, os reitores se dispuseram a discutir com o governo, inclusive, a adesão ao sistema

rem como quisessem (inclusive cobrando mensalidades se desejassem) em troca do governo garantir a folha de pagamento. Este termo caducou devido à greve de seis meses, que as três maiores universidades estaduais protagonizaram de setembro de 2001 a março de 2002.

Da mesma forma que nas universidades paulistas, a famigerada autonomia financeira não só não resolveria os problemas de custeio como acentuaria a ingerência do Estado nas universidades e reforçaria o papel de fantoches do governo, desempenhado pela burocracia universitária. Desde aquela época, a ideia da autonomia financeira não sai do horizonte.

Durante o enfrentamento ao governo Beto Richa no último ano, as ameaças à autonomia estavam explícitas e a possibilidade de liquidá-la muito mais provável no contexto do golpe e aprofundamento do arbítrio da ditadura civil que se instalou. A finalidade de forçar o controle e gestão das folhas de pagamento pelo governo era por demais acintosa a ponto de provocar uma espécie de levante. No entanto, devido à cobiça dos reitores conseguirem a tal da autonomia financeira, foram cedendo passo a passo e, no final, agora em janeiro, concluíram prostrados.

Trata-se de uma demonstração do verdadeiro papel da burocracia universitária na relação com o governo. Pode eventualmente simular defender a autonomia, ou até defender alguns aspectos que lhe favoreçam, mas, essencialmente, é um braço do governo e a ele está amarrada por inúmeros laços políticos, financeiros e institucionais. Por isso, a autonomia universitária é incompatível com a continuidade

A burocracia é um braço do governo e a ele está amarrada por inúmeros laços políticos, financeiros e institucionais.

A autonomia universitária é incompatível com a continuidade dessa estrutura; somente um governo tripartite apoiado numa assembleia geral universitária poderá impor a autonomia.

de controle das folhas de pagamentos. Pensavam que, agradando ao governo ele seria complacente com seu mesquinho pleito. Na prática, foi o contrário, pois o governo interpretou essa disposição dos reitores, corretamente, como indicador de fragilidade e divisão entre as universidades e o movimento docente. A consequência foi que aproveitou para atacar mais a fundo.

Usando o controle que tem sobre o judiciário, Beto Richa encurralou as duas universidades maiores que ainda não haviam cedido (UEL e UEM) com decisões liminares que obrigavam a entrega dos documentos para ingressar no sistema de controle do governo. A reitoria da UEL logo cedeu, contrariando decisões anteriores do conselho universitário. O conselho universitário, evidentemente, nada fez para evitar. No caso da UEM, o reitor manobrou para mostrar maior resistência e, sabendo que seus recursos seriam derrotados no judiciário, bravateou uma grande defesa da autonomia para, depois, também capitular.

Concluiu-se assim um processo de capitulações que se iniciou na década de 1990. Durante o governo de Jaime Lerner no Estado e de FHC na União, se iniciou a entrega da autonomia das universidades paranaenses. Já no final daquela década, os reitores ensaiaram arrancar do governo um “termo de autonomia” e, durante um ano, no governo Lerner, este sistema funcionou. Consistia na liberdade das universidades arrecada-

dessa estrutura; somente um governo tripartite apoiado numa assembleia geral universitária poderá impor a autonomia.

O papel dos sindicatos que compõem o *Comitê Estadual em Defesa do Ensino Superior Público do Paraná* foi também lamentável. Interesses burocráticos e até demagógicos se sobrepuseram à necessidade de uma ação unificada contra o governo e as reitorias. No momento em que os reitores rompiam a frente de resistência às pressões do governo, ao invés de assumir a linha de frente da resistência denunciando os reitores, os sindicatos se dissolveram em mesquinhas reivindicações locais ou sinecuras com o argumento de que suas “bases” estavam perdendo pela pressão do governo. Outros tentaram encabeçar caudilhesicamente duvidosas “articulações” com parlamentares, abandonando um terreno comum e coletivo para intervenção concreta. Finalmente, outros sindicatos embarcaram na demagogia de reitores que simularam enfrentar o governo para se potencializar politicamente.

Agora, o desafio posto a esse conjunto de sindicatos e ao movimento estudantil do Paraná é de se reerguer como uma frente política que coloque no centro de sua ação a luta contra a ingerência do governo e pela autonomia universitária. Nesse sentido, haverá que se combinar a reivindicação da autonomia com a crítica à burocracia universitária e defesa do governo tripartite assentado na assembleia geral universitária.

Terra Livre organiza debate sobre a questão indígena

No dia 15 de janeiro, os companheiros do movimento popular Terra Livre, que luta pela moradia e ocupa um prédio na Lapa, organizaram um debate sobre a questão indígena. Houve uma breve apresentação dos presentes, em sua maioria parentes de indígenas. Alguns dos presentes afirmaram que estavam fazendo uma busca para saber quais eram suas origens, que etnia, que região viviam, etc. Todos diziam ser difícil encontrar seus parentes, suas origens porque os pais resistiam a falar sobre o tema.

Laís, militante do movimento Levante Indígena da USP, fez uma exposição afirmando que é um erro reivindicar a identidade afroindígena. Segundo ela, isso abre espaço para outros termos como Euro indígena, etc. Depois de fazer um resgate histórico sobre o genocídio que vitimou o povo indígena, a expositora concluiu: “faça uma decisão política ou negro ou indígena”. Outra participante, que se reivindica Matera, falou que respeitava essa posição, mas não tinha acordo com a tese da Laís, porque ela era filha de índia e negro, que, nas fazendas, conviviam escravos negros e índios. Tinha orgulho, portanto, de sua origem e cultura afroindígena. Outros companheiros se posicionaram a favor e contra a ideia de Laís.

O militante do POR interveio dizendo que mandar decidir por uma ou outra etnia não serve para unificar os indígenas, negros, operários, camponeses e demais explorados da cidade e do campo para derrotar o inimigo comum, que é a burguesia e seu sistema de exploração capitalista. Concluiu afirmando que o mais importante que encontrar nossas origens étnicas é nos reconhecermos como classe explorada e oprimida. A classe unifica os explorados, sejam negros, brancos, índios, camponeses, operários, etc. A divisão só interessa à burguesia.

Sasa Tupinambá, militante do movimento indígena, fez sua exposição mostrando porque é difícil para os indígenas falar sobre sua história e sua identidade. Hoje é um orgulho - diz

Sasa - para os que buscam sua origem indígena, dizer “sou tupinambá”, por exemplo. Mas, para os ancestrais indígenas, reconhecer isso significava dor e morte. Sasa citou várias leis que foram feitas pelos colonizadores para destruir e acabar com os indígenas. Entre elas, a do Marquês de Pombal, em 1755, que proibia o povo indígena de falar sua língua. E se falassem seriam mortos. Sasa citou também o Estatuto da Terra feito em 1964, que decretava: A terra que não tiver ninguém é sua e se tiver algum indígena, se você tirar, pode ser sua. Sabemos,

no entanto, que o Estatuto da Terra estabeleceu a propriedade capitalista do solo. O que implicou tanto expulsar pequenos proprietários, posseiros e, certamente, indígenas. Tratava-se, portanto, de uma lei que garantia a propriedade latifundiária da terra, de certa forma já estabelecida pelo sistema colonial das sesmarias. Sasa referiu-se ao genocídio ocorrido no Ceará. E que por isso os indígenas não querem falar de seu passado. Não querem causar a dor de dizer que foram estupradas, violadas. Sasa concluiu dizendo que o capitalismo é o verdadeiro responsável pelo genocídio e etnicídio do povo indígena. Faltou concluir que os indígenas não conseguirão se livrar da opressão sob a dominação de classe.

Notamos na discussão que os ativistas do movimento indígena não se referiram à existência de nacionalidades indígenas,

herdeiras de um passado de massacres e extremamente oprimidas até nossos dias. O programa do POR, reconhecendo os indígenas como um povo, ainda que extremamente deformados na sua cultura, defende a sua autodeterminação. A política burguesa de demarcação de terras – via-de-regra ditada pelo imperialismo – não apenas não responde ao direito de autodeterminação, como as mantém sob o regime de opressão. Somente a revolução proletária garantirá a existência das etnias e criará as condições para que se tenha o máximo de conhecimento de suas origens.

O militante do POR interveio dizendo que mandar decidir por uma ou outra etnia não serve para unificar os indígenas, negros, operários, camponeses e demais explorados da cidade e do campo para derrotar o inimigo comum, que é a burguesia e seu sistema de exploração capitalista. Concluiu afirmando que o mais importante que encontrar nossas origens étnicas é nos reconhecermos como classe explorada e oprimida. A classe unifica os explorados, sejam negros, brancos, índios, camponeses, operários, etc.

LANÇAMENTO ▶

R\$ 35



ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR:

100 anos da Revolução Russa

RECONSTRUIR O PARTIDO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA MUNDIAL, A IV INTERNACIONAL

Em defesa do direito de Lula se candidatar! Somente a classe operária pode julgar o ex-presidente

23 de janeiro de 2018

Amanhã, o País assistirá ao esperado julgamento de Luiz Inácio Lula da Silva. O ex-presidente chega ao TRF-4 com uma condenação, em primeira instância, de nove anos e seis meses, decretada pelo juiz Sérgio Moro. Está mais do que claro que se trata de um julgamento político. A condenação, em segunda instância, colocará o caudilho do PT na condição de “ficha suja”, não podendo se candidatar nas eleições de outubro. O processo da Operação Lava Jato conduzido desde Curitiba não conseguiu provar o crime de corrupção atribuído a Lula.

É exemplar o fato do presidente Michel Temer ter sido flagrado em crime de corrupção e estar livre para se candidatar, caso deseje. As denúncias da Procuradora-Geral da República contra Temer se baseiam em provas materiais incontestáveis. O presidente golpista, no entanto, se livrou do processo na Justiça por meio da decisão política da Câmara dos Deputados, de não acatar a admissibilidade da denúncia. De maneira que o País está diante de uma possível condenação política de Lula e uma absolvição de política de Temer.

Esse gigantesco embuste não se constituiu por acaso. O PT e o caudilho Lula se esgotaram historicamente como variante reformista da política burguesa. Não pode haver a menor dúvida de que se corromperam, servindo aos interesses gerais da burguesia. A crise capitalista mundial arrastou o Brasil a uma profunda recessão. Atingiu em cheio o governo de Dilma Rousseff. A tentativa de acatar as exigências do capital financeiro se espatifou. O ataque aos explorados com a mudança nas regras do seguro-desemprego, bem no momento em que ocorria uma onda de demissão em massa, evidenciou aos oprimidos que o governo petista era tão somente um governo burguês.

A Operação Lava Jato ganhou força precisamente na caça ao PT, como continuidade do processo do “mensalão”. Esteve na base do golpe de Estado que derrubou Dilma Rousseff e instalou em seu lugar Temer. Uma vez estabelecido o cerco ao PT, o principal alvo passou a ser Lula. A sua condenação seria a forma de inviabilizar o retorno do PT ao poder. Esse partido sem Lula perderia capacidade eleitoral. É bom lembrar que, no processo de derrubada de Dilma Rousseff, o deputado do PSDB, Carlos Sampaio, investiu contra o PT, defendendo a cassação de seu registro eleitoral. Essa via claramente reacionária não prosperou, mas prosperou a via de desmontar o PT por meio da condenação de seus dirigentes, tendo à frente Lula.

Não pode haver a menor dúvida de que a condenação de Lula é parte do golpe de Estado. Os partidos da burguesia, que constituíram a frente ampla do impeachment, se apoiaram nas investigações da Lava Jato direcionadas ao PT e a Lula, valendo-se da mobilização da alta classe média e da ação política de organizações direitistas, como Movimento Brasil Livre (MBL), Vem pra Rua, etc. Essas organizações financiadas pelos capitalistas serviram de instrumento ao golpe de Estado. Calaram-se diante do brutal escândalo de corrupção que atingiu Michel Temer, Aécio Neves, uma dezena de ministros e mais de uma centena de parlamentares. Agora, prepararam uma manifestação em favor da condenação de Lula.

Nesses dias que antecederam o julgamento de Lula, inúmeras vozes governistas disseram que seria melhor que concorresse às eleições para ser derrotado nas urnas. Entre essas vozes, está a do golpista Temer. Os hipócritas, na verdade, receiam o que pode ocorrer nas eleições presidenciais, tendo Lula como candidato. Querem evitar o máximo possível que se faça qualquer menção ou denúncia às medidas antinacionais e antipopulares impostas pela ditadura civil de Temer. A diretriz do capital financeiro e do imperialismo é a de, custe o que custar, manter o plano econômico montado pelo ministro Henrique Meirelles. O curso da política econômica estabelecido pelo golpe não pode ser alterado em absolutamente nada.

A experiência demonstrou que o PT e Lula foram fieis serviçais da classe capitalista. Cumpriram um papel que nenhum outro partido da ordem oligárquica poderia e pode cumprir, que é o de manter os explorados passivos diante da brutal exploração, da pobreza e da fome, por meio da política de conciliação de classes. Mas, nas condições de profunda crise econômica, desequilíbrio das contas públicas e agigantamento da dívida parasitária estatal, já não funciona o colaboracionismo classista. O PT deve continuar servindo à burguesia, no entanto, como mera oposição parlamentar impotente. Essa condição é conveniente para a sustentação da democracia oligárquica. A cassação política de Lula serve a esse objetivo.

O que acontecerá amanhã, dia 24 de janeiro, será a prova de que os partidos da burguesia, as instituições do Estado e a burocracia governamental recorreram a métodos policiais e jurídicos para cassar os direitos políticos de Lula e golpear o PT. Abandonaram a via da disputa eleitoral para arrancar o PT do manejo da presidência, cassando o voto de quem elegeu Dilma Rousseff e impondo em seu lugar um governo usurpador, completamente divorciado da população. Feito o trabalho sujo de derrubar o governo petista eleito, agora, cabe concluí-lo, condenando Lula e cassando seus direitos políticos.

O POR se coloca pela não condenação de Lula e pelo direito democrático de concorrer às eleições. Denuncia a condenação como uma medida jurídico-policial, que os explorados e sua vanguarda não devem apoiar. Denuncia a ampla campanha da imprensa monopolista pela condenação de Lula. Denuncia a hipocrisia daqueles que deram o golpe de Estado e que agora dizem que seria melhor derrotar Lula nas eleições. E rechaça as correntes de esquerda que defendem a condenação de Lula.

O POR realiza sua campanha independente pela não condenação de Lula. Não integra o movimento encabeçado pelo PT de apoio a Lula como candidato. Não se coloca sob a bandeira de que “Eleição sem Lula é fraude”. Coloca-se, sim, sob a bandeira de que a condenação de Lula é uma medida policial, jurídica e antidemocrática. As eleições com ou sem Lula serão inevitavelmente fraudulentas, uma vez que serão conduzidas por um governo, por um Congresso Nacional e por um Judiciário que deram um golpe de Estado. Assim, utilizarão toda força do aparato para

impor o resultado eleitoral que interessa à burguesia. É preciso dizer ainda que as eleições são o campo das disputas interburguesas e de dominação dos explorados.

O POR distingue a sua posição contrária à condenação de Lula da posição petista que condiciona a não condenação à defesa da candidatura de Lula. Não se pode confundir a defesa do direito democrático de Lula concorrer com a defesa da própria candidatura de Lula. Está claro que Lula se corrompeu na política burguesa e que a classe operária deve rechaçá-lo tal qual se rechaça todas as candidaturas burguesas.

O POR não fecha os olhos para a corrupção política do PT e de suas lideranças. Não se utiliza, porém, da polícia, da justiça e da Operação Lava Jato, que tem por trás o imperialismo para condenar Lula. Ao contrário, repudia radicalmente essa via auto-

ritária. O POR defende que somente a classe operária pode julgar os crimes do PT e do caudilho Lula. A via seria a de constituir um Tribunal Popular edificado pelos movimentos, desde as fábricas, bairros operários e o campo. Esse caminho não tem como se concretizar na presente situação. Devemos, porém, mostrar à classe operária que há uma via revolucionária de combater o autoritarismo da burguesia e de julgar os crimes políticos daqueles que servem aos interesses dos exploradores.

Não à condenação de Lula!

Não à cassação de seus direitos políticos!

Por um Tribunal Popular!

Só a classe operária pode julgar o ex-presidente!

Declaração do Partido Operário Revolucionário

Abaixo a condenação de Lula!

24 de janeiro de 2018

Não houve surpresa no resultado do julgamento de Lula pelo TRF-4. A sentença foi divulgada com antecedência pelos noticiários. A especulação sobre se seria unânime ou por maioria de 2 a 1 – também propagada pelos noticiários – foi apenas para os torcedores da condenação dar a impressão de que não havia antecipadamente um resultado taxativo. Tudo estava, na realidade, preparado nos bastidores.

O problema não se circunscrevia à simples confirmação do veredicto do juiz Sérgio Moro. Tratava-se de uma decisão mais rigorosa possível para não deixar brecha a recursos que complicassem o processo eleitoral. No caso de uma decisão por maioria, dava à defesa de Lula a possibilidade de entrar com um “embargo infringente”. De maneira que a decisão deveria ser por unanimidade. Assim, a cassação dos direitos políticos de Lula seria definitiva. A via do “embargo declaratório”, portanto, não resultará em nada.

A partir de hoje, 24 de janeiro, o caudilho do PT se tornou inegável. Esse era o objetivo principal do cerco montado a Lula pela Operação Lava Jato. Os seus algozes aproveitaram para elevar a condenação a 12 anos e 1 mês de prisão.

A imprensa monopolista desatou uma grande campanha em favor do resultado, que foi formalmente confirmado. Proferida a sentença final, a horda de jornalistas, muito bem preparada pelo editor, passou a repisar alguns trechos dos pronunciamentos dos desembargadores para convencer a população de que a condenação se deu sobre a base de provas incontestáveis. Repetiu-se, ao cansaço, que a Polícia Federal e a Justiça mostraram profissionalismo, tecnicidade, competência e imparcialidade. No entanto, não mostraram uma só prova material. Todo processo se deu com as delações premiadas e com deduções extraídas pelos delegados e procuradores.

A condenação de Lula se distingue dos demais condenados petistas desde o processo do “mensalão”, pelo fato de contar com mais de 30% de intenção de votos da população. O que o tornaria um potencial vencedor das eleições presidenciais de outubro. O caudilho é insubstituível na política eleitoral petista. Alckmin lançou a bravata de que seria melhor derrotar Lula nas eleições. O certo é, porém, que o PMDB, PSDB e DEM, os três principais

partidos oligárquicos do País, rezaram para que Lula não escapasse da condenação. A esperança da camarilha burguesa reacionária é a de pelo menos sangrar o PT e torná-lo anêmico, se não for possível riscá-lo do mapa.

A derrota eleitoral dos partidos históricos da burguesia para Lula em 2002 nunca foi assimilada pelo PSDB e DEM. O PMDB, por sua vez, viu na ascendência popular do PT e de Lula, principalmente no Nordeste, uma forma de partilhar o poder, aceitando participar do governo petista no segundo mandato. Finalmente, ocupando a vice-presidência, conspirou contra o governo Dilma e liderou o golpe de Estado. Assim, passou a ocupar a presidência da República por meio da usurpação.

O PT não teve como manter-se no poder contando com suas próprias forças. Obrigatoriamente, teve de contrair alianças com setores da oligarquia, que comandam em última instância a vida partidária. A corrupção política e a corrupção econômica se entrelaçam na política burguesa e nas relações administrativas do Estado.

Uma vez que o PT se tornou um partido da ordem eleitoral, não teve outra saída senão sujeitar-se às disputas interburguesas. Por não ser um partido orgânico da burguesia, não pôde se enraizar em uma das frações oligárquicas e assim não teve como contar com uma retaguarda do poder econômico. O golpe de Estado evidenciou um significativo isolamento do PT em relação às mais poderosas frações da burguesia. Dilma Rousseff foi literalmente expulsa da presidência da República e o PT execrado pela Operação Lava Jato. O processo do “mensalão” foi uma grande investida contra o governo de Lula, que somente não o derrubou porque as condições econômicas e políticas não permitiram. A posição do DEM, naquele momento, foi a de que Lula deveria ser destituído por meio do impeachment. Como voz isolada, a sanha reacionária não prosperou. Distintamente, no caso de Dilma, a profunda crise econômica preparou as condições para se constituir uma ampla frente burguesa por sua derrubada. Nota-se que o “mensalão” serviu de ensaio geral para o escândalo do “petrolão”, focalizado no PT, sem o qual dificilmente seria formada a frente ampla golpista.

O PMDB, PSDB e DEM faziam parte do mesmo esquema de corrupção e de suas variantes ao saque das estatais. Descarada-

mente, valeram-se da ofensiva da Polícia Federal, do Ministério Público e de todo o Judiciário contra o PT para reunir condições políticas necessárias ao golpe de Estado. Um dos chefes do PMDB, o senador Romero Jucá, em conversa conspirativa grampeada, afirmou com todas as letras que era preciso o impeachment para estancar a hemorragia provocada pela Operação Lava Jato. O senador Aécio Neves, que tomou a frente de um movimento pela anulação das eleições, logo após ser derrotado em 2014, foi flagrado pedindo propina para a JBS, teve seu mandato suspenso por alguns dias, chegou a ser recolhido em confinamento domiciliar, mas logo em seguida foi liberado de tudo. O presidente Temer teve de arregimentar a Câmara de Deputados, constituída de ladrões, escroques e punguistas, para evitar que a denúncia do Ministério Público se transformasse em processo. Esses capos estão soltos e dirigem o País. Evidentemente, a política não seria burguesa se não houvesse dois pesos e duas medidas. A Justiça não seria de classe se também não se assentasse em dois pesos e duas medidas. Está claro que o problema não se resume à não comprovação material do delito imputado a Lula. Não se pode desvincular o processo movido contra o ex-presidente desse conjunto de acontecimentos que pavimentou o golpe institucional.

A imprensa monopolista promoveu um grande embuste ideológico, servindo aos métodos policiais e jurídicos de cassação dos direitos políticos de Lula. Um batalhão de jornalistas, analistas e especialistas foi acionado para montar uma cortina de legalidade e de seriedade do juiz Sérgio Moro, dos procuradores e dos desembargadores, que finalmente deram a sentença condenatória.

O Partido Operário Revolucionário denuncia e convoca os explorados a rechaçarem os meios e os métodos policiais e judiciais de setores da burguesia de ajustarem suas contas com o PT e com seu dirigente máximo. A rejeitam os ataques seletivos ao PT e a Lula. A rechaçarem a prisão de Lula, quando Temer, Aécio

Julgamento e condenação de Lula

Neves, José Serra, Alckmin, Elizeu Padilha, Moreira Franco, Romero Jucá, Renan Calheiros e muitos outros larápios da política burguesa continuam livres e dirigindo o País.

A classe operária, demais explorados e a juventude oprimida devem aproveitar essa experiência para compreender que a derrubada do governo de Dilma Rousseff, a prisão de lideranças do PT e agora a condenação de Lula ocorreram no seio da política burguesa. Não tem absolutamente nada com a política do proletariado. O POR se levanta contra a condenação de Lula, a cassação de seus direitos políticos e sua prisão porque combate a burguesia e todas as suas variantes políticas. Nesse preciso sentido, combate os métodos e os meios policiais e judiciais de a burguesia cassar o PT e destruir politicamente suas lideranças.

O PT insiste na via eleitoral. Continua chamando os explorados a confiarem na democracia burguesa, oligárquica e mutilada. Logo mais, substituirá Lula por outro candidato, incentivando as ilusões democráticas nas instituições que sustentam a ditadura de classe dos capitalistas sobre a classe operária, os camponeses pobres, a classe média urbana arruinada e a juventude oprimida.

O POR se colocou e se coloca contra o golpe de Estado, que derrubou o governo petista e contra a condenação de Lula, mas tão somente para que os explorados possam superar a experiência com os impotentes reformistas. Para que possam lutar por sua independência de classe, organizar seu partido revolucionário e combater a burguesia, empunhando o programa da revolução proletária. O POR reafirma que somente a classe operária pode julgar e condenar Lula por meio de um Tribunal Popular.

Não à cassação dos direitos políticos do ex-presidente!

Não à prisão de Lula!

Por um Tribunal Popular!

Duas faces da mesma moeda

PSTU apoia a condenação de Lula

Em uma nota, o PSTU se coloca pela condenação e prisão de Lula. Evita ser direto. Começa com rodeios explicando as possíveis variantes jurídicas, dando a entender que é possível “Lula ir até o final das eleições”, graças a uma possível decisão do STF de derrubar a decisão do TRF ou TSE. Com isso, quer dizer que a situação do ex-presidente não é tão complicada. A conclusão: “Devemos defender que todos os corruptos e corruptores devem ser investigados, julgados, presos e terem seus bens confiscados, bem como suas empresas expropriadas e colocadas sob o controle dos trabalhadores”.

Essa é a fórmula geral com que o PSTU se exime de levantar a bandeira de Todo apoio à condenação e pela prisão de Lula. É mais fácil manejar o abstrato em lugar do concreto. O fato é que a Justiça e a política burguesas têm mantido em liberdade e governando o País uma camarilha de “corruptos e corruptores”. O processo, julgamento e prisão de lideranças do PT – agora de seu principal dirigente – não correspondem a um movimento geral para acabar com a “impunidade geral”. O concreto é que o aparato estatal se utiliza do envolvimento do PT e do próprio Lula na corrupção política para seletivamente golpeá-lo, quebrá-lo e afastá-lo da possibilidade de retorno ao poder pela via das eleições. A burocracia estatal, serviço dos interesses dos grandes partidos oligárquicos e anti-petista,

se utiliza dos métodos judiciais e policiais para desmontar a influência do PT no poder do Estado e eliminar sua condição de único partido popular. O PSTU desconhece esse ponto fundamental da luta interburguesa, que levou ao golpe institucional e à derrubada do governo de Dilma Rousseff.

Os morenistas recorrem, assim, a esses mesmos métodos para comparecerem como campeões da defesa das investigações, julgamentos e prisões montados pela Operação Lava Jato. Apoiados nesse argumento, alimentam a ilusão sobre a possibilidade de que “todos os corruptos e corruptores” possam “*ser investigados, julgados, presos e terem seus bens confiscados, bem como suas empresas expropriadas e colocadas sob o controle dos trabalhadores*”, no âmbito da Operação Lava Jato e da política burguesa. O apêndice “controle dos trabalhadores” não passa de um adorno à posição reacionária diante dos métodos policiais e jurídicos utilizados contra o PT e Lula. Mais uma vez, nos deparamos com o abstrato – a vontade subjetiva dos morenistas – de pôr todos os corruptos e corruptores na cadeia e expropriar suas propriedades por meio dessa mesma Justiça e da política burguesa.

O PSTU viu no processo, julgamento e condenação de Lula a preservação das “*liberdades democráticas*”. É claro que mais uma vez usa o raciocínio tortuoso para manifestar essa posição. Condena o PT porque “taxa de autoritarismo as investigações, julgamentos e

prisões contra corruptos e corruptores”. E conclui, aí sim, de maneira direta: *“Nós pensamos que prender e confiscar os bens de todos os corruptos e corruptores é uma medida democrática”*. Diante da evidência de que não existe uma ação geral do Estado burguês para realizar a idealização de uma punição exemplar aos corruptos e corruptores, o PSTU se vê obrigado a reconhecer sua impotência com a seguinte declaração: *“Embora não achemos que a justiça burguesa vai garantir isso, justamente porque a corrupção faz parte do sistema capitalista, nem por isso defendemos a impunidade para os corruptos”*.

Estamos diante de uma confusão em torno da punição concreta da justiça burguesa a Lula e da impunidade geral. De maneira alguma, a condenação de Lula representa uma ação do aparato estatal contra a impunidade. Ao contrário, as condenações e prisões seletivas, inclusive de empresários, têm servido para enganar a população com a bandeira de que agora funcionam as instituições e, por isso, até mesmo os ricos são punidos. De forma que a lei vale para todos. É com essa farsa burguesa que a imprensa monopolista vem desenvolvendo uma campanha em favor da condenação de Lula e o cumprimento da pena, embora use uma variante mais ou menos direta. Rechaçamos a mentira que finalmente se está pondo fim à impunidade. Não há nada mais escandaloso que um presidente da República ser flagrado em tratativas delinquentes com a JBS, ser absolvido pelo Congresso Nacional e manejar os destinos das eleições de 2018. Essa posição do PSTU oculta e embeleza a política pró-imperialista que pôs em pé a Operação Lava Jato e promoveu o golpe de Estado.

O PT cumpre seu papel de partido da ordem capitalista vinculando a defesa de Lula à sua candidatura. A denúncia do “Estado de exceção” pelos petistas, citado pelo PSTU, diz respeito tão somente à cassação do mandato de Lula. É necessário se opor aos métodos judiciais e policiais de cassação dos direitos políticos de Lula. E, ao mesmo tempo, rechaçar a estratégia petista de arrastar as massas por trás das disputas eleitorais burguesas de outubro. Lutamos ao lado dos petistas, da Frente Brasil Popular, MST, CUT, etc. contra a condenação de Lula e cassação de seus direitos políticos. Mas, rechaçamos os objetivos eleitorais, encarnados por essa frente política.

O fundamental para os explorados está no fato de a ditadura civil de Temer impor as reformas antinacionais e antipopulares. Somente a organização dos explorados no terreno da independência política, com suas bandeiras próprias e seus métodos de luta, é possível derrotar a ofensiva do governo e da burguesia contra as massas. Nesse terreno, a vanguarda está obrigada a combater os reformistas e a burocracia sindical que subordinam a luta contra as reformas ao calendário do Congresso Nacional, à defesa da democracia burguesa e às eleições. A situação mantém a necessidade de reorganizar a frente única de combate às reformas, trabalhando pela greve geral. A defesa democrática de não condenação de Lula deve estar subordinada a esse movimento e não o contrário, como apregoam os petistas e seus aliados. A resposta à corrupção na política burguesa, que inclui o PT, deve ser a de constituição de um Tribunal Popular. Somente por meio da luta de classes e da organização independente do proletariado é possível combater os crimes da burguesia contra a economia e contra os explorados.

PCO se agarra ao caudilhismo de PT

A defesa de Lula contra a condenação, a prisão e a perda dos direitos políticos não implica ocultar dos explorados que o caudilho petista se corrompeu na política burguesa. Não exige que

não se diga com toda clareza que serviu à burguesia, ocupando o cargo de presidente da República. E, finalmente, não é uma condição para defendê-lo dos métodos policiais e judiciais esconder que o PT se submeteu às formas mais escabrosas da velha política oligárquica. PCO pensa exatamente o contrário dessa posição do POR. Exalta Lula como um representante da classe operária. E coloca o PT como a via para derrotar o golpe de Estado. Acrescenta-se a essa linha política o entendimento do PCO de que a CUT, por sua vez, comparece como instrumento de mobilização contra o golpe de Estado e suas consequências, portanto, contra as medidas antinacionais e antipopulares de Temer.

Mergulhado no campo do reformismo petista e de seus aliados da Frente Popular, PCO não faz a distinção entre a defesa de Lula contra a condenação e a defesa de sua candidatura. De maneira que não se vê obrigado a travar o combate à estratégia política do reformismo petista, que em sua essência é a colaboração de classes. Ao contrário, rechaça essa linha de independência política. Em seu Jornal de final de janeiro, no editorial “A luta contra o golpe tomou a forma da defesa de Lula”, chega à conclusão de que: *“O povo vê no metalúrgico um programa político, uma defesa de certas posições, quer ele queira, quer não”*. O redator confunde o “programa político” do PCO como sendo do “povo”. Procura dar a impressão de que está tão somente expressando uma vontade popular. Eis: *“A defesa de Lula é uma defesa de um programa que foi colocado pelos que estão nas ruas, é nesse momento a forma que a luta contra o golpe tomou”*. Traduzindo em forma clara, quer dizer que a candidatura de Lula por si só é o programa aspirado pelos explorados para combater o golpe. Está aí por que afirma subjetivamente: *“Para as imensas massas operárias do Brasil, a figura de Lula se tornou uma saída, uma oposição ao golpe que foi dado. A defesa do ex-presidente Lula é a forma que a luta contra o golpe tomou nesse momento”*.

Avaliando as manifestações dos dias 23 e 24 de janeiro em Porto Alegre, Rui Costa Pimenta reafirma a posição do PCO: *“Lula é uma figura importantíssima no país e particularmente para o PT, então é um eixo importante de mobilização e organização”*. Essa fórmula não é de agora. Desde quando a frente golpista burguesa iniciou o processo do impeachment, o PT e seu governo foram colocados como principal fator de ação política. Nem mesmo as brutais reformas antinacionais e antipopulares se tornaram o principal motivo da luta política contra o governo Temer. PCO seguiu a linha do PT e da Frente Brasil Popular de subordinar as reivindicações do proletariado e dos demais explorados à defesa da democracia, do Fora Temer e das Diretas Já.

O editorial do “Causa Operária”, de 15 de julho de 2017, intitulado “Qual é a alternativa a Lula”, evidencia-se mais claramente ainda a posição de que se deve seguir o PT e Lula, uma vez que não há outra alternativa. Diz o redator: *“O PT é um representante da esquerda e, diferentemente de todos os outros, é o que consegue mobilizar as massas populares eleitoralmente, e em alguma medida em termos de mobilização de rua. É por isso o principal representante dos trabalhadores, independentemente dos limites de sua política de colaboração de classes”* (...) *“A representação máxima do que é o petismo, é o ex-presidente Lula, principal liderança e o homem que comanda este apoio, e o próprio já disse que ele mesmo era a expressão da consciência dos trabalhadores. E Lula não está errado. O PT representa o atual estado de consciência dos trabalhadores”*.

PCO abstrai o caráter de classe da política do PT e de sua encarnação maior que é o caudilho Lula. A referência aos “limites de sua política de colaboração de classes” é apenas um enfeite. É precisamente pela via da colaboração de classes que o PT e seus governos

promoveram um dos maiores bloqueios à luta operária do período pós-ditadura militar. O processo de estatização dos sindicatos foi levado a um grau máximo durante os governos petistas. A sua incapacidade de enfrentar o golpe de Estado se deveu, sem dúvida, a sua própria política de colaboração de classes. Os petistas se submeteram até o último momento à legalidade do Estado burguês, sendo expulsos do poder sem ter como recorrer ao proletariado, única força social capaz de quebrar a espinha dorsal da frente burguesa golpista. Instalou-se a ditadura civil de Temer no lugar do governo eleito de Dilma Rousseff, sem que o PT recorresse à organização das massas para derrubá-la pela via revolucionária. O certo é que se conformou diante da efetivação do golpe e passou a trabalhar para se reconstituir como oposição burguesa. A onda de demissões de mais de 3 milhões de trabalhadores ocorreu em brancas nuvens. Era precisamente pela mobilização da classe operária por suas próprias reivindicações que se poria em pé um movimento de luta independente contra o golpe, o governo golpista e a própria perseguição política ao PT e Lula. PCO ignora que a burocracia sindical, sendo a da CUT a mais importante do País, desarmou o movimento contra as reformas reacionárias de Temer após a greve geral de 28 de abril. Não se pode ignorar que a política de colaboração de classes acabou por desviar e mutilar o movimento de massa que se gestou nos meses de março e abril do ano passado.

No artigo *“Não defender Lula é defender o golpe”, “Causa Operária”,* de 18 de março de 2017, Antônio Carlos Silva afirma: *“Com Lula esmagado, seria mais fácil impor as ‘reformas’ da previdência, trabalhista e tudo mais que tem a ver com atacar os trabalhadores (...)”.* *“Com Lula, fora do páreo eleitoral, seria mais fácil para a direita organizar eleições totalmente manipuladas (...)”.* E conclui: *“Nestas condições, a defesa de Lula contra os sólidos ataques da direita (...) constitui um aspecto central da política de qualquer organização do movimento de luta dos trabalhadores na etapa atual”.* Impressionado com sua própria bajulação, Antônio Carlos diz ao leitor que *“não se trata de dar um ‘cheque em branco’ para Lula e apoiar a sua política”.* Essa linha formulada em março, no preciso momento em que os explorados mostravam sua revolta contra as reformas da previdência e trabalhista, desviava a luta das massas para a política do PT, que se apegava à bandeira de “Eleições Já”. PCO quer nos fazer acreditar que a luta contra as reformas passava e se condicionava à defesa de Lula. A greve geral de 28 de abril desfaz essa ilusão dos ex-altamiristas. A classe operária se ergueu sob a bandeira de abaixo as reformas. Os petistas e sua frente popular é que procuraram a todo custo submetê-la à sua estratégia de reconstituição como oposição burguesa ao governo Temer. Em hipótese alguma, a vanguarda revolucionária pode vincular a luta dos explorados contra a ofensiva dos capitalistas à defesa do PT, de Lula e do pleito eleitoral de 2018.

Em uma nota de 17 de junho de 2017 sobre a participação de PCO no 6º Congresso Nacional do PT, o redator ressalta *“Uma significativa evolução à esquerda do partido”.* PCO, convidado-observador, se diz satisfeito em ver um Congresso em que o PT se desloca à esquerda, sai da posição defensiva e se lança a *“uma política de oposição ao regime golpista”.* Encantou o representante de PCO o pronunciamento do petista e presidente da CUT Vagner Freitas de que era preciso superar o dia 28 de abril realizando uma greve geral por dois dias. A demagogia do presidente da CUT durou poucos dias, a burocracia desmontou a greve nacional marcada para o dia 30 de junho. Foi nesse Congresso que o PT assumiu a posição de defesa de convocação de eleições diretas. Diante dessa linha burguesa e

Julgamento e condenação de Lula

capituladora, o observador do PCO apenas assinalou: *“Nem tudo são flores, é claro”.* Ficou, por outro lado, desconsertado em ver que apenas alguns militantes petistas assumiram a bandeira do PCO de *“Anulação do impeachment”* e a devolução do *“mandato a presidente Dilma”.* Durante todo um período e até hoje, PCO, quixotesicamente, mantém-se agarrado a uma solução institucional, que viria do STF de anulação do impeachment.

Os atos organizados pelo PT, PCdoB, Frente Brasil Popular, MST e Frente Povo Sem Medo contra a condenação de Lula no TRF-4 passaram à margem da classe operária e da maioria nacional oprimida. Limitaram-se às bases petistas, a movimentos corporativos e a sindicalistas, bem como a uma parcela da juventude estudantil. A distância com que o proletariado se manteve diante dos acontecimentos indicou aos próprios algozes de Lula que a possibilidade de uma convulsão social, no caso da prisão do ex-presidente, não é a mais provável. Há uma explicação para isso. A experiência mostrou que os governos petistas administraram o Estado de acordo com os interesses gerais da classe capitalista. Tanto Lula quanto Dilma fizeram reformas antioperárias. PCO acreditava em uma radical mobilização no dia 24 de janeiro, que demarcasse um campo de luta contra o golpe de Estado. Rui Costa Pimenta se mostrou desiludido com a pouca expressão política do ato em Porto Alegre. Eis o seu estado de espírito: *“Os golpistas tinham muito medo do ato em Porto Alegre, infelizmente o próprio PT não quis jogar essa cartada de ocupar Porto Alegre como nós lançamos a palavra de ordem ...”.* *“Avaliando os atos, o que vimos foi que o ato de Porto Alegre foi grande, sem dúvida, foi uma manifestação importante, mas não foi nada parecido com que poderia ter sido”.* Em São Paulo, o ato legalista e bem-comportado lembrou os comícios eleitorais. A cantoria de *“Lula guerreiro do povo brasileiro”* deu o tom saudosista à manifestação. A bandeira de *“Eleição sem Lula é fraude”*, por sua vez, expressou seu conteúdo legalista e eleitoralista. De forma que PCO sentiu o gosto amargo de sua campanha pela ocupação de Porto Alegre, que também não diferia no fundamental da linha traçada pela Frente Brasil Popular.

As duas faces da moeda

O seguidismo de PCO ao PT e a Lula não é um raio no céu azul. Lembremos que essa corrente modificou sua estratégia governamental de origem, que era governo operário e camponês, para *“governo dos trabalhadores”.* Essa virada se deu pela necessidade de se adaptar ao PT, quando ainda era uma de suas correntes internas. Mudança essa ditada pelo Partido Obrero, da Argentina, dirigido por Jorge Altamira. Isso quando Causa Operária ainda era um satélite de PO. Criticamos, no momento oportuno, a sua bandeira de *“Vote em Lula por um governo dos trabalhadores”.* O leitor poderá encontrar nossas críticas ao PCO no livro *As Esquerdas no Brasil*.

O PSTU também se abrigou sob a bandeira de *“Vote em Lula por um governo dos trabalhadores”.* Os irmãos siameses quanto à estratégia, no entanto, seguiram caminhos diferentes. Agora, o PSTU se coloca pela condenação de Lula e PCO o defende como a grande liderança do povo. O que explica essa trajetória, se até hoje portam a mesma estratégia? Ocorre que para essas correntes a tática nada tem a ver com a estratégia, uma vez que tanto o PSTU quanto o PCO não têm um programa. Sem o programa da revolução e ditadura proletárias, a estratégia não condiciona obrigatoriamente a tática. Sob a mesma bandeira de poder – a de governo dos trabalhadores, que não define o caráter proletário, podem se abrigar o ultra-esquerdismo oportunista e o oportunismo ultra-esquerdista.

POR realiza o XIV Congresso

Depois de três meses de preparação, os delegados eleitos para o Congresso se reuniram em São Paulo nos dias 27 e 28 de janeiro. Abaixo publicamos a homenagem a Lênin, que morreu em 21 de janeiro de 1924. Homenagem que se deu na abertura do XIV Congresso, com a leitura da Declaração e o hino da Internacional Comunista. Também publicamos o Manifesto do seu encerramento. As teses internacional e nacional, bem como as resoluções, serão publicadas brevemente na forma de livro.

Na Declaração de abertura e no Manifesto de encerramento, estão expressos o vigor e o entusiasmo revolucionários com que a militância contribuiu para realizar um Congresso à altura das condições de desintegração do capitalismo, de ofensiva da burguesia contra as conquistas mais elementares dos explorados e de luta de classes. Como não poderia deixar de ser, as discussões se concentraram em torno ao golpe de Estado, concluído a cerca de um ano e cinco meses, à caracterização do governo Temer, às medidas governamentais antinacionais e antipopulares, às tendências de luta das massas, ao lugar do proletariado na resistência, do bloqueio imposto pela política de colaboração de classes e à necessidade de superar a crise de direção, construindo o partido marxista-leninista-trotskista.

O Congresso confirmou a linha política desenvolvida durante esse período, que se distinguiu por materializar a independência de classe do proletariado, não só diante da política burguesa direitista, encarnada pela frente golpista, mas também da política nacional-reformista, de colaboração de classes, do PT e de seus aliados. Teve particular importância a caracterização do governo Temer como ditadura civil. Foi extremamente rica e rigorosa a discussão preparatória sobre a importância de se ter uma caracterização precisa do governo que nasceu do golpe. Todas as forças políticas, da direita burguesa à esquerda que se reivindica do socialismo, foram obrigadas a expor suas caracterizações. Evidentemente, os golpistas se agarraram fervorosamente ao argumento de que não houve golpe, que o impeachment se passou sob a vigência da Constituição, que nada alterou no funcionamento das instituições e que, portanto, o governo Temer é democrático. O PT, depois de ter qualificado Temer de “governo de exceção”, chegou à fórmula legalista de governo “ilegítimo”. Praticamente toda a esquerda se enfiou nessa trincheira petista. A conclusão estratégica e tática dessa caracterização é a de que se trata de eleger um novo governo, cuja legitimidade institucional não seja questionada. O POR foi a única corrente que definiu, sem titubeio, que o golpe de Estado deu lugar a uma ditadura civil. A tarefa dos explorados era e é a de se levantar nacionalmente, por meio de uma frente única, contra o governo ditatorial e suas reformas ditadas pelo capital financeiro.

Em sua linha política, o POR estabeleceu como inimigo prin-

cipal a frente golpista e o governo ditatorial. E definiu a política frentista de combate às demissões, ao desemprego e às reformas antinacionais e antipopulares. Nesse terreno de independência de classe e de ação direta das massas, traduziu sua tática frentista, que incluía e inclui a ação conjunta com os petistas e seus aliados sempre que se tratava e se tratar de combater o governo golpista e suas reformas. O que exigiu lutar no interior da frente contra a estratégia burguesa do PT e aliados, bem como sua tática de colaboração de classes. O XIV Congresso avaliou que houve a aplicação da tática leninista de marchar separados e golpear juntos o inimigo principal do momento. A correta caracterização do golpe, do governo e das medidas antinacionais e antipopulares, bem como as respostas dadas pelo partido, se deveram à defesa da estratégia própria de poder do proletariado, que se sintetiza na bandeira de governo operário e camponês. No quadro dessa discussão, se verificou que a caracterização de ditadura civil de Temer faz parte da história política do Brasil, marcada por golpes

e ditaduras. As explicações sobre o caráter do desenvolvimento econômico semi-colonial do Brasil, suas relações de classes e as raízes oligárquicas da democracia burguesa, certamente, enriquecem e fortalecem o programa do POR. Ficou assentada a tarefa de estudar em maior abrangência e profundidade essa história política, tendo em vista ao aperfeiçoamento programático.

O Congresso, na discussão sobre os informes de ati-

vidades, concluiu crítica e autocriticamente pela necessidade de melhorar o trabalho no seio da classe operária. Destacou também a importância da organização revolucionária da juventude, principalmente a proletária. Os delegados ressaltaram a importância da propaganda, que foi impulsionada no último período com as publicações dos livros. O que foi um passo à frente em relação à abundante publicação de folhetos. Entre as resoluções aprovadas, que acompanham a tese nacional, é importante destacar que o Congresso se posicionou contra a condenação de Lula, a prisão e a cassação de seus direitos políticos. Deixou claro, porém, que não se tratava nem de ocultar sua corrupção política, nem de defender sua candidatura, como tem feito o PT, seus aliados e seguidores de esquerda.

A presença das seções da Argentina e do Chile do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional fortaleceu o sentido internacionalista do XIV Congresso. A seção boliviana não pôde estar presente devido ao impedimento do camarada destacado de sair da Bolívia em razão de um processo político movido pelo governo de Evo Morales e pela Justiça. Mesmo assim, foi positivo o envio de suas contribuições por escrito, sendo incorporadas nas teses internacionais. O XIV Congresso se colocou no caminho da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.



Lênin presente no XIV Congresso do Partido Operário Revolucionário

Camaradas, iniciamos o Congresso prestando nosso reconhecimento a Vladimir Ilyich Ulyanov, Lênin. Em 21 de janeiro de 1924, o proletariado mundial perdia um de seus mais elevados dirigentes. Depois de Marx e Engels, seguramente, Lênin foi quem mais se destacou na elaboração e aplicação do socialismo científico. Muitos revolucionários contribuíram com essa tarefa, mas nenhum deles alcançou a altitude de Lênin como pensador, teórico, organizador do partido, estrategista da revolução proletária na Rússia e fundador da III Internacional Comunista. O Partido Operário Revolucionário tem absolutamente claro que não é possível se constituir na vanguarda da revolução social sem que tenha assimilado profundamente o leninismo. Essa é uma tarefa que não se resolve da noite para o dia. Em quase três décadas de construção do partido, trabalhando incessantemente, ainda avançamos pouco na assimilação da obra de Lênin. O pouco que avançamos, porém, deu ao POR uma sólida base programática.

Camaradas, este Congresso deve estar voltado à tarefa de organizar a luta do proletariado sob a orientação de Lênin.

O leninismo é o marxismo da época imperialista, da época de decomposição do capitalismo, em outras palavras, da época de guerras, revoluções e contrarrevoluções. Sua teoria, teses e respostas programáticas edificadas no primeiro quarto do século XX

se reivindicavam do socialismo. A condição para derrotá-las dependia da construção de um partido que encarnasse o programa da revolução. Compreendeu a necessidade de um partido que tivesse um funcionamento e uma estrutura regidos pelo centralismo democrático. Partido este que transformaria os mais aguerridos combatentes da classe operária em quadros conscientes, capazes de assimilar o marxismo e aplicá-lo na luta de classes e capazes de transformar as experiências vivas em teoria. Lênin, assim, trabalhou incessantemente para que o socialismo científico penetrasse nas fileiras do proletariado. A derrota ideológica da burguesia era o primeiro passo indispensável para a classe operária avançar em direção à tomada do poder. O partido como destacamento mais avançado ajudaria as massas exploradas a concentrarem e unirem suas forças contra o inimigo de classe.

Em fins de julho de 1914, iniciava a Primeira Guerra Mundial. A socialdemocracia alemã capitulava diante da conflagração inter-imperialista. A II Internacional já havia abandonado o marxismo. Em novembro de 1914, Lênin rechaçava o social-chauvinismo, afirmava o princípio do Manifesto Comunista de que “os operários não têm pátria”, que a tarefa revolucionária era transformar a guerra imperialista em guerra civil contra a burguesia e levantava a bandeira de constituição de uma nova

Internacional. Dizia com toda convicção: “o imperialismo jogou uma carta sobre os destinos da civilização europeia – se não se produz uma série de revoluções vitoriosas, outras guerras virão; o palavreado de que será a ‘última guerra’ é uma fábula vazia e perigosa, uma mitologia peque-

no-burguesa”. E fez o chamado ao proletariado mundial: “A II Internacional morreu, vencida pelo oportunismo. Abaixo o oportunismo e viva a III Internacional depurada, não apenas dos desertores, como também dos oportunistas!”

Lênin, assim, via concretamente o vínculo da revolução que se desenvolvia na Rússia com a Europa conflagrada e a urgente necessidade de pôr em pé uma nova Internacional. Em abril de 1917, exortava os bolcheviques a confiar na força do movimento revolucionário europeu e a se lançar na construção da nova organização mundial do proletariado: “Nosso partido não deve esperar, mas fundar imediatamente a III Internacional”. Em 2 de março de 1919, Lênin fazia a abertura do 1º Congresso da Internacional Comunista. Suas primeiras palavras, na abertura, foram: “Antes de tudo, peço aos presentes que prestem homenagem à memória dos melhores representantes da III Internacional, Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo”. Termina contando os presentes com a convicção de quem esteve à frente do Partido Bolchevique e da Revolução Russa. “A burguesia pode continuar aplicando suas medidas repressivas, pode assassinar milhares de operários, mas a vitória será nossa: o triunfo da revolução comunista internacional está assegurado”. Eis as suas últimas palavras antes de dar início à seção do Congresso de fundação da III Internacional.

Distintamente dos partidos socialistas que nasceram e se desenvolveram na época do capitalismo em ascensão, o bolchevismo, liderado por Lênin, expressou e expressa os partidos revolucionários da época de guerras, revoluções e contrarrevoluções.

mantêm toda sua vigência. A grandiosa experiência da Revolução Russa comprovou integralmente o socialismo científico. Lênin, com sua dedicação à construção do partido revolucionário e com o gigantesco esforço na aplicação da teoria científica de Marx e Engels, se constituiu em arma mortífera ao capitalismo. Está aí por que Lênin se transformou no revolucionário mais odiado pela burguesia, por seus intelectuais e pelos partidos da ordem. Está aí por que Lênin é o revolucionário mais temido por todos aqueles que se agarram com unhas e dentes na sustentação do capitalismo em decomposição.

O leninismo é o marxismo da época de construção dos partidos como vanguarda consciente do proletariado. Distintamente dos partidos socialistas que nasceram e se desenvolveram na época do capitalismo em ascensão, o bolchevismo, liderado por Lênin, expressou e expressa os partidos revolucionários da época de guerras, revoluções e contrarrevoluções. O reformismo e oportunismo se abrigaram nos velhos partidos socialistas, que se esgotaram traindo o proletariado assim que eclodiu a primeira Guerra Mundial imperialista. Lênin se destacará por estabelecer a concepção marxista do partido da era das revoluções proletárias.

Em franca luta política por erguer o partido proletário na Rússia, Lênin se confrontou com todas as demais correntes que

Camaradas, o XIV Congresso do POR faz suas essas palavras de Lênin.

O revisionismo estalinista destruiu o partido de Lênin, abriu caminho às forças restauracionistas no seio da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e concluiu liquidando a III Internacional, em 9 de junho de 1943. Em um breve comunicado, assinado por Dimitrov, os partidos comunistas do mundo todo, já profundamente estalinizados, receberam passivamente a notícia de que a III Internacional criada por Lênin havia sido dissolvida. Era o maior presente que Josef Stalin poderia dar aos aliados imperialistas na 2ª Guerra Mundial. Estava franco desenvolvimento a nova etapa histórica de crise de direção revolucionária mundial.

A Oposição Internacional de Esquerda, liderada por Leon Trotsky, vinha enfrentando a brutal perseguição do aparato burocrático e da polícia política do Kremlin. Cercada, de um lado, pelas forças estalinistas, e de outro, pela contrarrevolução imperialista, a Oposição de Esquerda fundou a IV Internacional, em 3 de setembro de 1938. Trotsky seguiu o exemplo de Lênin, lutando com toda a energia para manter alta a bandeira do internacionalismo proletário. O grito de guerra de Lênin em 1914 contra o oportunismo revisionista e os punhos cerrados em defesa da constituição da III Internacional foi a rocha sobre a qual

se ergueu a IV Internacional. Mas já não tinha as condições revolucionárias a seu favor. Os marxistas nadavam contracorrente.

Camaradas, o XIV Congresso do POR reconhece integralmente os Primeiros Quatro Congressos da III Internacional. Reconhece o leninismo como a continuidade do marxismo na época do capitalismo imperialista, na época das revoluções proletárias e na época de transição da sociedade de classes para a sociedade sem classes. Reconhece a necessidade de superar a crise de direção construindo os partidos marxista-leninista-trotskistas. Reconhece, como demonstrou Lênin em sua luta pela fundação da III Internacional, que os partidos nacionais não são senão expressões do Partido Mundial da Revolução Socialista.

Camaradas, o XIV Congresso se realiza sob os ensinamentos de Lênin. Prestamos nossa homenagem revolucionária a Lênin, que sempre estará presente aqui e em toda parte onde os verdadeiros marxistas levantam o partido internacionalista do proletariado.

Camaradas, de punho cerrado, damos um VIVA à imortal contribuição do camarada Lênin para a emancipação do proletariado por eles mesmos.

Viva Lênin!

Viva o internacionalismo proletário!

Manifesto do Partido Operário Revolucionário Aos trabalhadores e à juventude

28 de janeiro de 2018

Realizamos o XIV Congresso, nos dias 27 e 28 de janeiro. Esse é o momento especial na construção do partido revolucionário. Durante três meses, a militância se concentrou na discussão das teses internacional e nacional, bem como nas resoluções e balanço de atividades. A elaboração dos documentos, o estudo nas células e o debate por meio do Boletim Interno exigiram uma extraordinária concentração da energia partidária.

A experiência de anos de trabalho para organizar o partido no seio da classe operária, dos demais oprimidos e da juventude nos ensina que cada Congresso traz problemas novos. Está claro que nenhum dos Congressos é repetição de outro. Quanto mais visível estiver o novo problema a ser enfrentado, melhores serão as decisões para o partido desenvolver a política revolucionária do proletariado. Isso quer dizer que, no período de dois anos que separa um Congresso do outro, os marxistas estiveram ativamente presentes nos principais acontecimentos políticos e na luta de classes. Nas respostas dadas, nas bandeiras levantadas, na organização das lutas e na dedicação da militância, é que se encarna a linha política que permite aos explorados avançarem em seu combate à exploração e opressão de classe.

Se é verdade que os Congressos não se repetem, também é verdade que não estão separados uns dos outros, como fotografias de um momento. É de suma importância a interdependência entre os Congressos. A interrelação que os une em um todo na história do partido em construção é o programa. Cada Congresso depende dos passos anteriormente dados na construção da linha programática, bem como se ergue em um novo marco para o desenvolvimento do partido.

O programa, em essência, expõe, demonstra e evidencia as

leis de funcionamento do capitalismo, que levarão à sua derrocada e destruição pela revolução social. Nele estão contidos princípios, fundamentos, premissas históricas, método de luta, tática e estratégia. O objetivo do partido revolucionário, portanto, de sua estratégia, é o de tomar o poder da burguesia pela via da revolução, que será de maioria nacional oprimida e dirigida pelo proletariado. Para isso, é imprescindível que o programa se assente nas particularidades da história do País, indicando o percurso da luta de classes, que caminha no sentido da derrota da burguesia pelo proletariado. As particularidades nacionais do programa, como o próprio nome diz, são particulares em relação ao sistema mundial capitalista. No programa, porém, as particularidades não se sobrepõem às leis gerais, pelo contrário, as refratam. Os Congressos sintetizam a aplicação do programa da revolução proletária nas condições da luta de classes internacional.

Os Congressos, necessariamente, avaliam a linha política desenvolvida no período. Têm a função, portanto, de corrigir erros e desvios, que por ventura ocorreram. Está aí por que, via de regra, exigem o exercício coletivo do método da crítica e da autocritica. Em sendo assim, as diferenças e as divergências são naturais. De maneira que a fase de preparação do Congresso exige o máximo de democracia interna. De um Congresso a outro, os marxistas aprendem e se educam a discutir as diferentes e distintas análises e conclusões. Nem sempre essa aprendizagem caminha progressivamente, às vezes os choques internos ameaçam as conquistas de método de construção do partido já alcançado. É por meio da democracia interna que o Congresso se levanta como o instrumento de defesa das conquistas ameaçadas. Somente com a clareza das divergências sobre a compreensão da realidade viva e das

posições teóricas, é possível transformar a tendência à regressão no seu contrário, ou seja, em progresso. A democracia interna, por sua vez, exige muita dedicação e disciplina aos estudos. É assim que os delegados eleitos para o Congresso têm clareza dos fundamentos das teses, resoluções e documentos. O voto é expressão da alta consciência política e teórica da militância. Quanto mais alta se observar no Congresso, mais avançada está a assimilação coletiva do programa e dos métodos de construção do partido leninista. O contrário também é verdadeiro. Eis por que o Congresso é tratado com o máximo de rigor em sua preparação. Todos os organismos devem contribuir para que a disciplina dos estudos e das discussões convirja para a coesão militante na realização do Congresso. Lutamos por construir um partido revolucionário, um partido assentado no socialismo científico e nas conquistas das revoluções proletárias, em particular, da Revolução Russa.

Mostramos esse entendimento neste Manifesto de encerramento do XIV Congresso, porque queremos que a classe operária, os demais explorados e a juventude, bem como a sua vanguarda, vejam o POR como um partido verdadeiramente revolucionário. Queremos mostrar a distinção de um Congresso que aplica a concepção leninista de partido dos demais Congressos das correntes que se reivindicam do socialismo, mas negam ou se distanciam da teoria marxista do partido.

Afirmamos inicialmente que cada Congresso enfrenta um problema novo. Neste, o POR e toda esquerda estiveram diante do golpe de Estado, que derrubou o governo petista de Dilma Rousseff. Distintas posições se desenvolveram diante da profunda crise política. O POR interveio sistematicamente defendendo posições e bandeiras claras contra o movimento burguês antidemocrático e direitista que impulsionou o impeachment. Distinguiu-se por travar o combate democrático, sob a estratégia própria de poder do proletariado, propagandeando e agitando a bandeira do governo operário e camponês. Essa linha separou os marxistas das posições do reformismo petista, que arrastou praticamente quase toda a esquerda. Está aí também por que se distinguiu da esquerda que não reconheceu a existência de um golpe de Estado.

A política do POR, portanto, expressou a independência de classe do proletariado e sua resposta às tendências ditatoriais da burguesia, encarnada na frente partidária que conspirou e armou o golpe de Estado. A virada na política burguesa objetivou impor um plano de ataque à vida das massas e à economia nacional. O POR participou ativamente do movimento de resistência às reformas antinacionais e antipopulares do governo imposto pelo golpe. Trabalhou firmemente para que a greve geral de 28 de abril fosse o ponto de partida para que a classe operária se levantasse contra as reformas da previdência e trabalhista por meio da greve geral por tempo indeterminado. Em nossa luta, denunciávamos constantemente a burocracia sindical por ter bloqueado e canalizado a luta grevista para a convocação de eleições. Rechaçamos a posição de que se tratava de ter um novo governo legitimado por eleições. Mostramos insistentemente que a burocracia sindical e o reformismo petista colaboraram com a burguesia ao não responderem às demissões em massa. O POR esteve presente nos movimentos e foi à classe operária com as bandeiras de defesa dos empregos e dos salários. Explicou que somente a partir das reivindicações dos explorados e com o método da luta de classes era possível quebrar a espinha dorsal

XIV Congresso do POR

do golpe de Estado. Essas formulações e respostas amparam o XIV Congresso do POR.

O golpe institucional foi o meio que o capital financeiro encontrou para colocar à frente do Estado um governo não-eleito e determinado a implantar as reformas antinacional e antipopular. Inevitavelmente, se armou uma grande discussão em torno da caracterização de tal governo. Os golpistas e toda burguesia o denominaram de “democrático”. O PT e praticamente toda esquerda o chamaram de “ilegítimo”. E o POR o caracterizou de ditadura civil.

O XIV Congresso aprovou o acerto dessa caracterização. A caracterização sobre o governo Temer concentrou a discussão. Tornou-se inevitável a divergência. A caracterização de governo democrático foi superada logo de início. Restou a caracterização de que se tratava tão somente de um governo de transição. De forma que o Congresso, ao aprovar a caracterização de ditadura civil, avalizou toda linha desenvolvida pelo partido em sua luta contra o golpe de Estado e contra as medidas reacionárias do governo Temer. Sem dúvida, foi decisiva a aprovação da caracterização de que o governo Temer encarna as tendências ditatoriais da burguesia, que vão se manifestar mais contundentemente no próximo período.

A vanguarda revolucionária tem pela frente um duro trabalho em sua luta pela organização do proletariado no terreno da independência de classe. Somente por meio da luta de classes, os explorados enfrentarão os brutais ataques que se potencializam com o golpe de Estado.

A tese nacional, sem dúvida, esteve no centro do Congresso. É preciso, no entanto, assinalar que a discussão sobre as questões nacionais se deu sobre a base da caracterização da crise mundial, a sua manifestação na América Latina, as tendências ditatoriais e fascizantes e a disposição dos explorados ao combate. Neste Congresso, em particular, se procurou evidenciar a crise de direção mundial, tendo por base os grandes acontecimentos do período.

O XIV Congresso foi aberto lembrando a morte de Lênin, em 21 de janeiro de 1924. Foi lida a homenagem marxista ao grande líder da revolução proletária na Rússia e fundador da III Internacional Comunista. O XIV Congresso, assim, se colocou sob o leninismo como a teoria marxista da época imperialista do capitalismo, que é a época de guerras, revoluções e contrarrevoluções. Colocou-se sob a convicção do socialismo científico de Marx e Engels e colocou-se sob a certeza de que Leon Trotsky encarnou e encarna a continuidade do leninismo na época de restauração capitalista e de crise mundial de direção. O XIV Congresso, portanto, reafirma a tarefa de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, edificado pelos Primeiros Quatro Congressos da Internacional Comunista e retomados na fundação da IV Internacional, tendo por base o Programa de Transição da Revolução Socialista.

Lutemos com todas as forças para destruir as reformas antinacionais e antipopulares da ditadura civil de Temer!

Organizemos nossas forças em direção à revolução proletária e ao socialismo!

Viva o XIV Congresso do POR!

Viva a construção do partido revolucionário do proletariado!

Nesta edição:

- Sinais da crise mundial.
- **História do Partido Bolchevique:**
Capítulo III: 1914-1917 - A bancarrota da II Internacional e preparação da III Internacional.

Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Reunião do Fórum Econômico Mundial – Davos/2018

Retrato da decomposição do capitalismo

Entre 23 e 26 de janeiro, se realizou o 48º Fórum Econômico Mundial (FEM), em Davos (Suíça). Sob o lema “*Criando um Futuro Compartilhado em um Mundo Fraturado*”, confluíram ao FEM três mil participantes, dentre os quais presidentes e ministros das potências e países de todo o mundo, diretores de empresas monopolistas e da banca mundial, funcionários do FMI e do Banco Mundial, representantes da União Europeia (UE), bem como cientistas e 12 ganhadores do Prêmio Nobel.

Segundo assinalado no documento de abertura (“*Explorar as causas e soluções que enfrenta a sociedade global*”), a reunião objetivava debater sobre os crescentes conflitos econômicos, o “*agravamento da poluição*” mundial, os problemas de “*distribuição equitativa*”, a “*insegurança dos postos de trabalho*” e qual o “*futuro dos sistemas sociais*”. Ocorre que, sendo a primeira e mais importante reunião dos representantes das potências e do capital monopolista e financeiro, os resultados do FEM incidiriam diretamente nos rumos das políticas dos governos e definiriam as medidas gerais a serem aplicadas nas condições de agravamento da crise mundial do capitalismo.

Na reunião, se reproduziram e ampliaram os conflitos que estouraram no G-20, de julho de 2017. O “*agravamento da poluição*” apenas diz respeito aos atritos entre a UE e os Estados Unidos. Os monopólios norte-americanos rejeitam a se submeter à regulação vigente que favorece a importação e exportação de mercadorias e bens de consumo “ajustados às normas ambientais”, ditadas pela UE, enquanto travam a exportação dos EUA à Europa e aos seus mercados.

Está aí por que uma das tendências gerais recolocadas na reunião do FEM foi a do agravamento da guerra comercial interimperialista em mais ampla escala. Não por acaso, Donald Trump assinalou que seu governo pretende erguer os EUA como carro-chefe do desenvolvimento no próximo período, o que os obriga a enfrentar o bloco europeu, cuja política comercial e barreiras alfandegárias impedem os produtos norte-americanos de conquistarem o mercado europeu. De forma que - assim se expressou Trump - seu governo tem “*muitos problemas com a União Europeia*” e que a permanência dos entraves comerciais podiam se “*transformar em algo muito grave*”. Margaritis Schinas, porta-voz da Comissão Europeia, por sua vez, respondeu que “*a UE está preparada para reagir decidida e apropriadamente caso nossas exportações venham a ser afetadas por qualquer medida restritiva ao comércio por parte dos Estados Unidos*”.

A reunião de Davos-2018 confirmou, assim, o fim do “*multilateralismo*”. Os acordos “*bilaterais*”, que impõem condições draconianas às semicolônias e às massas exploradas, é a forma que adota o comércio exterior de cada potência, nas condições de choques entre as frações da burguesia monopolista por uma nova partilha do mundo, dos mercados e das fontes de matérias primas mundiais. Ocorre que, na fase de desagregação capitalista e de predomínio do capital parasitário, não é possível regular as leis cegas e anárquicas que regem a procura de lucro monopolista. Todo entrave colocado nesse caminho recrudesce a guerra comercial e os choques políticos mundiais. O fator mais importante dos desequilíbrios mundiais é, sem dúvida, a política exterior do governo dos Estados Unidos, que necessita abrir mercados à força para os seus monopólios.

Davos-2018 confirmou, também, que não foram equacionadas as tendências de agravamento da crise financeira. Ao contrário, se avolumaram as contradições que podem levar a implosão. Eis os perigos, assinalou Christine Lagarde, presidenta do Fundo Monetário Internacional (FMI), do aumento da dívida global mundial que chegou à casa de 233 trilhões de dólares no ano passado. O que se combina ainda com os trilhões de “*derivados financeiros*” e as “*contrapartidas creditícias*” (Swaps), considerados de “*alto risco*” e que não contam com respaldo real em ativos financeiros.

Nota-se o agigantamento do parasitismo financeiro e a existência de uma portentosa massa de capital-dinheiro sem correspondência, sem aplicação na produção social. Por outro lado, a retomada do crescimento econômico exigiu um brutal rebaixamento do preço da força de trabalho, em cada país e em todo o mundo. É o que se observa do informe apresentado por Lagarde, que destacou especialmente que 82% da riqueza total gerada em 2017 se concentraram nas mãos de 1% mais rico da população mundial, enquanto que 3,7 bilhões de pessoas não tiveram nenhum aumento real em sua renda. Para 2018, Lagarde prognosticou ainda uma melhoria dos indicadores de crescimento econômico para um conjunto de 120 países, cujo principal motor será as privatizações, a terceirização, o subemprego, os cortes de programas sociais e previdenciários.

Está aí o resultado real do crescimento econômico de 2017 e o previsto para 2018. A “*saída à crise*” capitalista passou e passará pelo agravamento da lei da crescente miséria social, cujo fundamento está na centralização e concentração de capitais e riqueza.

zas cada vez em menos mãos. Não por acaso, a tendência geral colocada é a dos governos avançarem a aplicação de reformas trabalhistas e previdenciárias, que têm o mesmo conteúdo e respondem aos mesmos objetivos. Verifica-se, assim, a impossibilidade de avançar as “*necessárias reformas fundamentais do capitalismo de mercado para enfrentar, particularmente, uma aparente falta de solidariedade entre aqueles que ocupam a parte superior da renda na distribuição da riqueza e aqueles mais abaixo*”, como foi colocado na declaração de encerramento de Davos-2017.

Davos-2018 confirmou a tese marxista de que a época impe-

rialista é a época de crises, guerras, revoluções e as contrarrevoluções. Não por acaso, a barbárie capitalista vem se impondo em toda parte. As massas pagarão com sangue pela sobrevivência do capitalismo apodrecido. O que exige dos explorados superar seu atraso político e responder com os métodos e o programa da luta de classes. Nesse sentido, a vanguarda proletária mundial tem por tarefa dar saltos organizativos e avançar na constituição de seus partidos marxista-leninista-trotskistas. É lutando para superar a crise de direção que se pode enfrentar a desagregação capitalista com o programa da revolução e ditadura proletárias.

Sinais da crise mundial

No dia 5 de fevereiro, a abrupta queda no pregão das Bolsas de Nova York assinalou que as tendências da crise mundial, que se manifestaram em 2008, não foram revertidas, apesar da reanimação da economia nos Estados Unidos e Europa. Analistas avaliam que se trata tão somente de um ajuste. Explicam que justamente o reaquecimento dos Estados Unidos provocou o abalo no mercado de ações. Isso porque houve a troca do presidente do Banco Central; e a tão esperada alta das taxas de juros do Tesouro norte-americano começa a se tornar realidade. O que indica a possibilidade de elevação da inflação na mais poderosa economia do mundo.

De fato, o impacto do acontecimento atordoou a todos, que se encontravam agarrados às previsões de crescimento mundial em 2018. O certo é que “o tombo de ontem foi o maior desde 2011 e anulou os ganhos obtidos pelos investidores em 2018”, assim contabilizou a correspondente Cláudia Trevisan ao jornal O Estado de São Paulo. É sintomático que a Bolsa de São Paulo (Ibovespa), poucos dias antes da queda em Nova York, alcançara uma alta de 5,31%, impulsionado pelo capital estrangeiro. Imediatamente, despençou. Em todas as praças financeiras, a repercussão foi grande.

Na reunião de Davos, no final de janeiro, houve reconhecimento por parte de determinados representantes da burguesia de que permanece vigente a brutal crise social, agravada desde a eclosão da recessão mundial. Houve maior concentração de riqueza nas mãos da minoria capitalista e maior pobreza e miséria entre as massas trabalhadoras. Essa contradição própria do capitalismo se levanta como um poderoso obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas e potencia o parasitismo financeiro próprio da época imperialista.

Vale a pena transcrever uma parte da entrevista de Jean-Claude Trichet, ex-presidente do Banco Central Europeu, dada ao jornal O Estado de São Paulo, pouco antes do estremecimento das Bolsas de Valores. Responde à pergunta se “em termos globais, há riscos”: “Sim, eu preciso dizer que estou muito inquieto. Eu

vejo o endividamento da economia internacional continuar no pós-crise no mesmo ritmo pré-crise. Isso é muito inquietante. Há um índice de fragilidade da economia mundial, que eu considero muito importante: o montante global de dívidas públicas e privadas em relação ao PIB. Essa proporção no ano 2000 era de 250%. Tínhamos um endividamento mundial equivalente a 2,5 vezes o PIB mundial. Em 2007-2008, estávamos em 275%, com uma elevação de 25%. E, se observo o que tínhamos em 2016, vejo 300%. Veja que o crescimento segue o ritmo de endividamento suplementar. De uma certa forma, em termos globais, estamos em uma situação mais vulnerável do que estávamos em 2008”. Continuando sua explicação e expondo sua preocupação, mostra a seguinte relação: “Mas a proporção em 2017 era de 50% para países avançados, 50% para países emergentes. Antes, em 2008, era 90% para países avançados e 10% para países emergentes”. E conclui: “O que aconteceu é que países avançados continuaram se endividando, o que não é normal depois de enfrentarem a crise mais grave desde a segunda Guerra Mundial. Já os países emergentes descobriram a alegria do endividamento, e passaram de 10% para 50%”.

O assombro do ex-presidente do Banco Central Europeu está em que, de posse desses dados, reconhece que em grande medida a economia mundial está assentada no capital parasitário. O gigantesco excedente de capital financeiro leva ao crescimento em grande escala do endividamento dos Estados Nacionais, das empresas e da população sem que as forças produtivas se expandam na mesma proporção. Cedo ou tarde, vêm as derrocadas econômico-financeiras, que acabam sendo descarregadas principalmente sobre as nações semicoloniais e sobre as massas mundiais. Está aí por que vivemos a época de guerras, revoluções e contrarrevoluções, como indicou o marxismo desde o início do século XX. Há que se lutar com todas as forças pela superação da crise de direção revolucionária, reconstruindo o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Damos continuidade à História do Partido Bolchevique, completando o capítulo 3.

História do Partido Bolchevique

Capítulo III: 1914-1917 (continuação)

A bancarrota da II Internacional e preparação da III Internacional

Primeiros passos em direção à III internacional

De 5 a 8 de setembro de 1915, realizou-se a Conferência de Zimmerwald (Suíça). Dela participaram 38 delegados de 11 países, em sua grande maioria de pacifistas. A minoria internacionalista revolucionária estava dirigida por Lênin. Trotsky descreveu a situação pela qual a Internacional atravessava com estas acertadas palavras: “Todos os internacionalistas do mun-

do, depois de 50 anos de fundação da Internacional, cabiam em quatro carros”. A minoria sustentou a posição do “derrotismo revolucionário”. Trotsky, redator das resoluções, pelo contrário, defendeu que a guerra não devia ter nem vencedores, nem vencidos, pelo bem do socialismo. Lênin aprovou a resolução, mas fez constar suas ressalvas, indicando que “adoecia de inconstância e falta de precisão”. Criticou que na exposição popular do Manifesto se tenha abandonado a ideia da “maturidade

das premissas objetivas do socialismo”, que não se mencionasse abertamente que a mentira dos capitalistas foi defendida e repetida pela maior parte da imprensa “socialista” (socialchauvinista) e que não se falava com franqueza da utilização dos meios revolucionários de luta (“um primeiro passo”).

Na defesa do Manifesto de Zimmerwald, Lênin assinalou que o mesmo proclamava o direito das nações à autodeterminação. Para evitar os enganos do socialchauvinismo, aprofundou a questão, concluindo que, “no programa socialdemocrata, a divisão das nações em opressoras e oprimidas, deve ocupar o lugar central, divisão que é a essência mesma do imperialismo e que os socialchauvinistas, assim como Kautsky, escamoteiam falsamente ... Esta definição é essencial do ponto de vista da luta revolucionária contra o imperialismo. E desta divisão deve surgir a nossa definição do ‘direito das Nações a sua autodeterminação’”.

Entre janeiro e fevereiro, Lênin redigiu as teses “A revolução socialista e o direito das nações à autodeterminação”, publicada no segundo número da revista *Vorbote da Esquerda* de Zimmerwald. Ali, Lênin polemizou com as teses da socialdemocracia polonesa, que negava a autodeterminação das nações (tese publicada na mesma revista). Aos argumentos expostos antes, acrescentava que era necessário complementar a resolução do Congresso Socialista Internacional de Londres de 1896, com as seguintes indicações: 1) importância da reivindicação da autodeterminação das nações sob o imperialismo; 2) que seu caráter é condicional e seu conteúdo classista; 3) necessidade de diferenciar as tarefas dos socialistas das nações opressoras e das oprimidas; 4) denúncia da hipocrisia dos oportunistas e kaustkistas que as reivindicam; 5) qualificar de chauvinistas aqueles “socialistas” que não defendem a liberdade de separação das colônias e países oprimidos por “sua própria” nação; 6) necessidade de subordinar a luta por esta reivindicação à luta revolucionária das massas pela derrubada dos governos burgueses e pela realização do socialismo.

Alguns meses mais tarde, Lênin redigiu um balanço desta discussão, no qual propôs uma solução precisa: “É indiscutível que a situação está muito enrolada, mas há uma saída que permitirá a todos se manterem no campo do internacionalismo: os socialdemocratas russos e alemães devem exigir a incondicional ‘liberdade de separação’ para Polônia; os socialdemocratas poloneses devem lutar pela unidade da luta proletária nos países pequenos e grandes, sem formular a consigna da independência da Polônia para a presente época ou período”.

Entre 24 e 30 de abril de 1916, realizou-se a II Conferência Socialista Internacional (Conferência de Kienthal, Suíça), da qual participaram 43 delegados. Os pacifistas continuaram se negando a romper com os socialchauvinistas. A fração leninista pôde impor muitas resoluções, o que indicava uma nova correlação de forças. As teses sobre “transformar a guerra mundial em guerra civil” e sobre o “derrotismo revolucionário” não puderam ser aprovadas, mas, no seu conjunto, a Conferência significou de fato um grande avanço. A impossibilidade do imperialismo propiciar a paz e a renúncia às anexações não pode nos levar a pretender que se volte à situação de uma década atrás (livre concorrência). Devemos levar a luta pela “revolução socialista”. Aqueles que pretendem uma paz democrática, sem lutar pela revolução proletária, enganam o povo.

Em dezembro de 1915, publicou-se o folheto de Bukharin “A economia mundial e o imperialismo”, prefaciado por Lênin.

Apesar das diferenças com Bukharin quanto ao papel da defesa do direito das nações à autodeterminação e à colocação de que o monopólio não anula a concorrência, mas a eleva a um novo nível, o folheto de Bukharin constituiu uma base imprescindível para compreender a própria obra do Lênin, publicada alguns meses mais tarde. Entre janeiro e junho de 1916, Lênin escreveu a sua obra mais importante: “O imperialismo, fase superior do capitalismo”, que foi publicada em forma de folheto, em abril de 1917.

Ali, Lênin defende que “o imperialismo surgiu como desenvolvimento e continuidade direta das particularidades fundamentais do capitalismo em geral. Mas o capitalismo transformou-se em imperialismo capitalista tão somente ao chegar a um grau muito elevado de sua evolução, quando algumas das particularidades do capitalismo começavam a transformar-se em sua antítese, quando se manifestaram em toda linha os traços da época de transição do capitalismo a um regime social e econômico mais elevado. O que é de fundamental neste processo, do ponto de vista econômico, é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas ... O monopólio e a passagem do capitalismo a um regime superior”.

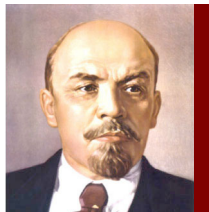
Sintetizou a definição do imperialismo como “a fase monopolista do capitalismo”, e suas cinco características fundamentais: “1) a concentração da produção e do capital chegou a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou o monopólio, e este passou a desempenhar um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o industrial, e a criação, sobre a base deste ‘capital financeiro’, da oligarquia financeira; 3) a exportação de capital, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire importância particular; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas que repartem o mundo; 5) a conclusão da repartição territorial do planeta entre as potências capitalistas mais importantes”.

Em janeiro de 1917, foi publicado “Uma virada na política mundial”, na qual Lênin indicava que “se produziu uma virada em direção à paz. O que interessa é o caráter essencial desta paz”. Ali explicava que não devemos mentir às massas e falar com clareza que uma paz democrática, que respeite o direito das nações à sua autodeterminação, que seja sem anexações, que implique a libertação das colônias, “é impossível a menos que o proletariado revolucionário da Inglaterra, França, Alemanha e Rússia derrubem os governos burgueses”.

Opõe-se firmemente ao “desarmamento”, assinalando que “é precisamente agora, quando a burguesia governante se prepara para desarmar tranquilamente milhões de proletários ... é precisamente agora que adquire maior significado ainda, do que no início da guerra, a bandeira que nosso partido dirigiu ao povo no outono de 1914: transformar a guerra imperialista em guerra civil pelo socialismo”.

Como se pode observar, a política aplicada por Lênin e pelo Partido Bolchevique em 1917 se assentava sobre décadas de construção nacional e internacional, de luta implacável contra o oportunismo, em defesa do marxismo e da estratégia da revolução proletária. Após a bancarrota da II internacional, e de todas suas seções nacionais, o Partido Bolchevique foi o único que passou pela prova sem se quebrar, e estava em condições de materializar o programa da “transformação da guerra imperialista em guerra civil pelo socialismo”.

(*Extraído do Jornal Massas, nº 333, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina*)



Apontamentos sobre a história do bolchevismo

A luta de Lênin pela realização do III Congresso da Socialdemocracia Russa

Depois de mais de um ano e meio da cisão no II Congresso, em que se constituíram as duas tendências, bolchevismo e menchevismo, a crise da socialdemocracia não fez senão se agravar. Os mencheviques, que eram minoria, acabaram por se apossar dos principais organismos de direção. Lênin, para conservar as posições de princípio organizativo, teve de renunciar à comissão de redação do jornal Iskra. Durante esse período, se viu limitado pela ausência de um jornal que expressasse as posições do bolchevismo. Despontava na Rússia a luta dos explorados. Lênin identificava o desenvolvimento de uma tendência revolucionária já em 1904, que se confirmou com os levantes de 1905 contra a opressão monárquica. Estando confinado no exterior, Lênin se ressentia de um vínculo vivo com os acontecimentos da luta de classes na Rússia.

Entre o II e III Congressos, que será realizado em abril de 1905, em Londres, Lênin fortalecerá as posições políticas e organizativas dos bolcheviques, em constante combate ao divisionismo e ao método faccional dos mencheviques. Em maio de 1904, ainda supunha ser possível que a realização do III Congresso poderia reunificar o partido. Em sua "Carta aos membros do Comitê Central", de 13 de maio de 1904, Lênin se contrapõe ao pessimismo de quem achava que a cisão permaneceria. Diz: *"Avalio que no III Congresso acabaremos, por meio de resoluções formais, com a fantasia do 'estado de sítio' e criaremos um clima em que as discussões se desenvolverão sem entorpecer o trabalho construtivo"*. Essa não era a vontade dos mencheviques, que faziam um trabalho de sabotagem e intriga, principalmente por meio de acusações contra Lênin. Em julho deste mesmo ano, Lênin escreve uma carta ao partido, *"O que pretendemos conseguir?"*. Nela, reafirma sua convicção de maio. Considera o Congresso um instrumento para dirimir as divergências. Diz: *"Apoiamos sem reservas os comitês que colocam a exigência de convocar imediatamente o III Congresso do partido"*. Novamente, rechaça o argumento de que *"o Congresso conduzirá a uma cisão"*. Opõe-se ao argumento negativista de uma parte dos opositores de que ainda era *"possível uma reconciliação sem necessidade do Congresso"*. E, finalmente, rejeita as colocações de que o Congresso pudesse ser manejado, de que as divergências ainda não estavam claras e que o Congresso desperdiçaria energias. Em agosto, Lênin retoma a discussão com os adversários, que resistiam expor à luz do dia seu trabalho fracionista. Diz: *"Afirmamos que todas as objeções contra a convocação do Congresso são totalmente infundadas"*. Conclui: *"Para nós, a saída prática da crise está na imediata convocação do III Congresso do partido"*.

Lênin estabelece três pontos que demonstram a seriedade, a lealdade e a disposição dos bolcheviques em realizar um Congresso verdadeiramente revolucionário. Em síntese: 1) *"entregar a Redação do Comitê de Organização (CO) aos partidários da maioria. A necessidade disso está suficientemente demonstrada pela evidente falta de idoneidade da Redação atual para dirigir o CO tal como exige os interesses gerais do partido. O órgão de um círculo não*

pode, nem deve ser o órgão do partido"; 2) *"definir com precisão as relações que devem existir entre a organização local do estrangeiro (a 'Liga') e o organismo central de toda a Rússia, o Comitê Central. A situação atual da 'Liga', que se transformou em um segundo centro do partido e dirige sem controle algum os grupos que a seguem, ao mesmo tempo que ignora por completo o Comitê Central, é evidentemente anômala, e deve cessar"*; 3) *"garantir nos estatutos que as lutas no partido se ajustem aos métodos de partido. A necessidade desta reforma está indicada por toda experiência da luta posterior ao Congresso. Os estatutos do partido devem garantir o direito de toda a minoria, para que as divergências, descontentamentos e irritações, que surgirão constante e inevitavelmente, sejam desviados dos velhos, mesquinhos e estreitos canais do escândalo e da querela e afastados dos canais impróprios, ainda que sirvam uma luta legítima e digna pelas próprias convicções (...)"*.

Lênin conclui fazendo um chamado: *"Ao apresentar esse programa de luta pela unidade do partido, convidamos os representantes de todos os demais matizes de opinião e a todas as organizações do partido a exporem com clareza seus próprios programas, para estabelecer assim a possibilidade de preparar o Congresso séria e sistematicamente, consciente e metódico"*.

Em outubro, agrava o choque entre os bolcheviques e mencheviques. Lênin reconhece: *"A crise do partido se amplia interminavelmente e sua solução se torna cada vez mais difícil (...) Os membros do Comitê Central, que passaram para o lado da minoria, não se detiveram nem diante das mais grosseiras violações dos direitos dos membros do CC que se mantiveram nas posições da maioria"*. Lênin acusa esse jogo dos mencheviques, que se utilizam do aparato partidário para falsear perante a militância com a ideia de que se estava procurando a reconciliação. De fato, os mencheviques se movimentavam para impossibilitar a realização do III Congresso. Lênin denuncia: *"Em nome da paz, o novo Comitê Central dissolve as organizações que ousam querer um Congresso. Em nome da paz, o novo Comitê Central proclama que as publicações da maioria não são publicações partidárias e se nega a entregá-las aos comitês (...)"*. Estava não apenas declarada a guerra dos mencheviques contra o III Congresso como passara a uma ofensiva burocrática e repressiva aos bolcheviques. Diante dessa situação, os bolcheviques criam o Buro de Comitês da maioria.

No Comunicado de 20 de outubro sobre a formação do Buro, Lênin convoca os bolcheviques para uma ofensiva em torno da convocação do III Congresso: *"Aos Comitês e organizações da maioria, não resta outro caminho a não ser unir-se para lutar pelo Congresso e contra as chamadas instituições centrais do partido, que nos fatos burlam descaradamente o partido"*. Nesse momento, como se pode constatar, concluía a etapa pós II Congresso em que ainda os bolcheviques aspiravam unir a socialdemocracia sobre a base de princípios organizativos e fundamentos programáticos.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo VII, Akal Editor)